

EM TEMPO:

Nº 260
Julho 1992
Cr\$ 4.000,00

Publicação
de caráter
interno ao PT,
distribuída única e
exclusivamente
aos seus filiados

Publicação da Tendência
Democracia Socialista do PT

LULA MARQUES/PI

Galeano

Sindical

Reforma
fiscal

RENÚNCIA JÁ!

A explosão da crise provoca a busca de alternativas:
Collor sem poder mas com Marcílio, posse de Itamar ou
convocação de eleições presidenciais.

Na Esquina da Crise

O país está a espera. Mas está cansado de esperar. Um governo, que já não existe, teima em continuar. Para quê? Para quem? Por caminhos inesperados a crise nacional não pediu licença para reinstalar-se. Na verdade ela estava presente o tempo todo: no rastro de destruição deixado por Collor e sua quadrilha, na desesperança popular mas também no ainda (por quanto tempo mais?) silencioso repúdio que cresce em todos os lugares, na urgência de ser radical nosso PT e nossa via democrática e popular. O Diretório Nacional debate a conjuntura, exige que Collor saia. Mas não falta algo? Nossas opiniões nas primeiras páginas desta edição.

Esse é um momento que a ousadia da razão tem a supremacia sobre a razão submissa. E aí está o testemunho de Leonardo Boff que, mesmo devendo ser do conhecimento de muitos, reproduzimos. Um exemplo radical de dignidade.

Prosseguimos também nesta edição, com o ensaio de Eduardo Albuquerque, a discussão de pontos centrais para a elaboração de um programa de governo - a questão da reforma tributária.

Um extenso mas necessário artigo de João Machado retoma, na forma de balanço de trajetória e para identificar os grandes problemas atuais, um tema muito caro à tendência DS: a construção do PT. Passado o Congresso, num tempo em que a luta eleitoral tem que ser feita, mas não pode parar a reflexão, propomos (re)iniciar um debate necessário.

Ainda sobre o PT, uma avaliação das primeiras experiências de novas direções com pelo menos 30% de mulheres.

Nosso querido camarada Isaac Akcelrud também está presente. Escreve sobre Volta Redonda com ela no coração. Nesta cidade, que é parte do coração da classe trabalhadora, teremos eleições no Sindicato dos Metalúrgicos. A CUT está unida para ganhar da Força Sindical. Também analisa os resultados da Eco-92.

Outros temas: o debate sobre a plenária da CUT, filiação ou não à CIOSL e a presença de mulheres na direção da central. O Congresso da UNE. A criminalização das greves.

E ainda um artigo de Eduardo Galeano... Cuba, com críticas mas sem omissão! Da Europa, uma entrevista com um dos dirigentes da greve geral no Estado Espanhol, realizada em 28 de maio.

José Novaes (29-10-28 a 22-06-92)

Por Samuel Vida

José Novaes nasceu em Alagoas, no município de Água Branca. Filho de camponeses pobres, enfrentou as dificuldades peculiares à luta pela sobrevivência no nordeste.

Trabalhou como operário numa fábrica em Santos. Lá participou pela primeira vez de uma greve

Novaes retorna a Água Branca. Contribui decisivamente para a organização de diversos sindicatos rurais, para a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas, e para a fundação da CONTAG, vindo a ser eleito seu vice-presidente em 1963. Durante este ano manteve contatos com a organização cristã, Ação Popular, e nela posteriormente veio a se integrar.

Após a integração de militantes da AP ao PC do B, Novaes continuou sua militância na Região Sudoeste, buscando criar pontos de apoio para a Guerra Popular.

A partir de divergências internas ao PC do B, rompe com o partido. Participa ativamente dos debates e iniciativas em busca de alternativas, chegando a participar da fundação do PRC (Partido Revolucionário Comunista), do qual se afastou pouco tempo depois.

Privilegiando a atuação sindical, Novaes desempenhou um importante papel nas lutas dos trabalhadores na década de 80, ajudando a construir a CUT, e participando da direção nacional da entidade. Anos depois foi a principal referência da corrente "CUT livre".

Também contribuiu para a construção do PT na Bahia. Fundou diversos diretórios municipais na região sudoeste e concorreu às eleições de 82 como candidato a vice-governador.

Em 1990, Novaes voltou a participar ativamente da vida partidária, sendo eleito Presidente do Diretório Municipal de Vitória da Conquista, membro do Diretório Estadual e candidato a deputado federal.

No último período, Novaes vinha se dedicando à consolidação do PT no sudoeste da Bahia, principalmente em Vitória da Conquista. Horas antes de seu falecimento, em 22/06/92, participou de uma reunião da Frente de Esquerda para as eleições municipais de (PT, PV, PC do B) representando o PT.

Esta síntese da trajetória de José Gomes Novaes não é mais que um pálido retrato da vida e luta de um autêntico filho da classe trabalhadora comprometido com a utopia socialista. A convivência com Novaes, assim como sua história, deixa um legado valiosíssimo para o movimento socialista, um estímulo revigorante para os que acreditam numa nova sociedade fruto da luta consciente dos explorados.

Samuel Vida é Presidente da Comissão Dirigente do PT de Salvador (BA).

Índice :

- 3 - Nacional: Depois do Fim, o Quê? - Carlos H. Árabe
- 4 - Nacional: Renúncia Já! - Raul Pont
- 5 - Neoliberalismo: Impostos - Eduardo Albuquerque
- 8 - Sindical: CUT X CIOSL - Gustavo Codas
- 10 - Partido: Balanço: construindo o PT - João Machado
- 13 - Mulheres: Mínimo de 30% - Tatau Godinho
- 14 - Sindical: Criatividade Metalúrgica - Isaac Akcelrud
- 15 - Greves: A criminalização do movimento - Ítalo Cardoso
- 16 - Cuba: Apesar dos Pesares - Eduardo Galeano
- 17 - Entrevista: Greve Geral na Espanha - Joaquin Nieto
- 18 - Estudantil: Vários Passos Atrás - Darlan Montenegro
- 19 - Teologia da Libertação - Frei Boff deixa a Ordem
- 20 - Ecologia e Utopia - Isaac Akcelrud

Assine EM TEMPO:

Quero assinar EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de assinatura é:

() Normal Cr\$ 40.000,00 () Apoio Cr\$ 65.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Estado: _____

Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Árabe, no valor assinalado para:
Rua Brigadeiro Galvão, 138 CEP: 01151 Barra Funda - SP
Telefone: (011) 665550

Pedimos desculpas aos leitores por anunciar na edição passada o número errado de nosso telefone. O número correto é (011)665550

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jorn. Resp.: Celia Regina de Souza. Reg.MTb nº 18663DRT/SP

Equipe de Edição: Carlos Henrique Árabe, Fabiano Ciambra, Fernanda Estima e Joaquim Soriano.

Capa: Caco Bisol

Editoração: Página 7 Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda CEP: 01151 São Paulo - SP Fone (011) 66.5550. CGC nº 46.093.0001-10

Escritórios: Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone (051) 227.4642; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20.031; Vitória: Rua da Alfândega - Ed. Safkir Sala 709 CEP:29.000 Fone (027) 223.0921

Depois do fim, o quê?

Carlos Henrique Árabe

A luta por uma saída radicalmente democrática frente à crise política que detonou o governo Collor deve responder, de início, ao principal paradoxo da situação atual: a ausência do depoimento definitivo, o depoimento do povo. É ele que pode transformar o cenário da crise e estabelecer o elo entre a sua resolução hoje e a alternativa de governo amanhã. Mas para que as esperanças guardadas floresçam novamente, não se frustem como tantas vezes já ocorreu, é preciso que a alternativa de governo democrático e popular esteja visível e mereça a confiança popular. Este é o desafio estratégico que o momento vem recolocar ao PT.

Fim de um governo que continua

Foi a atuação firme do PT que impediu que a disputa de quadrilha, no interior do círculo mais íntimo do governo, fosse resolvida nos moldes tradicionais. Foi o PT quem exigiu a CPI, a completa apuração das denúncias e não permitiu o recuo quando estas localizaram em Collor o centro da corrupção. Esta conduta deu, de novo, visibilidade para o PT como único partido capaz de dirigir a oposição ao governo. Mais do que isso, a ação do PT permite, agora, recolocar em discussão os rumos do país - o que vem exigir uma iniciativa de muito mais alcance, e que está ainda por ser feita.

Este quadro de compreensão é reforçado se observamos a iniciativa de outros atores.

Há setores interessados numa continuidade do programa de Collor sem Collor. É o caso do editorial da FOLHA DE S.PAULO, que combina a defesa da "renúncia já" com a defesa da continuidade do programa econômico. Procura isolar ao máximo a crise na figura do presidente e apresentar uma solução rápida que prescindida da participação popular.

De outro lado, o movimento básico de Collor é o de afirmar que não há continuidade sem ele. Procura sair do isolamento apelando diretamente para o apoio dos setores mais conservadores e dos setores mais desorganizados, tentando deslocar o centro de atenção e trabalhar a incerteza do momento seguinte.

Dentro deste contexto é possível entender porque não se formou ainda uma vontade popular, majoritária e ativa, que exija o fim imediato de um governo que já não existe. As razões não residem propriamente numa "insuficiência de provas". As demonstrações e evidências da responsabilidade de Collor já liquidaram qualquer credibilidade, que é a condição mínima para se defender. O problema está muito mais na insuficiência das saídas para o pós-Collor.

Disputar o agora e o depois

Esta idéia não significa que o PT deva arrefecer o trabalho na CPI ou retirar o foco de atenção de Collor. Ao contrário. A extensão e a profundidade das evidências que comprovam a responsabilidade de Collor podem produzir fatos mais explosivos ainda. E isto não acontecerá se o PT não estiver à frente dos trabalhos da CPI.

A questão é que é muito difícil imaginar uma situação de continuidade do governo sem Collor. E aqui não se trata de uma discussão constitucional - mesmo porque o questionamento e as evidências de responsabilidade e de crimes remetem também para

a eleição de Collor. O que se trata é de ausência de legitimidade.

Assim está criado um vínculo indissociável entre o desfecho final da crise centrada em Collor e a disputa de alternativas para o momento seguinte. E, qualquer que seja a resultante da crise - uma continuidade de Collor completamente sem força, a substituição por Itamar numa saída controlada mas sem legitimidade, ou, a antecipação de eleições presidenciais - estará posta a disputa de alternativas de governo. Em outras palavras, teremos ou a mais longa campanha política para presidente ou um processo antecipado de disputa presidencial.

Retomar 1989 e avançar

Por meios que dificilmente imagináramos, a situação política do país recolocou a possibilidade de recuperar o tempo perdido. Dois anos depois da posse de Collor - período em que a disputa de 1989 manteve-se como sombra, mas não como possibilidade mais imediata - a artificialidade desta vitória da direita vem cobrar o seu preço.

A burguesia brasileira elegeu, a preço de ouro (que continua a pagar), uma direção política para o Estado com cabeça e pés de barro. Unificou-se no programa econômico - não é à toa que Marcílio é preservado e defendido tão arduamente - mas não resolveu a principal questão que a vem perseguindo desde o final do regime militar: a incapacidade de gerar uma direção civil, partidária, para a gestão estatal. Esta, inclusive, é a base para a nostalgia em relação aos militares.

Para o PT, é certo, o período transcorrido também cobra um preço. Não basta simplesmente chamar de volta a memória popular. É preciso reafirmar o passado recente mas também construir nas questões do presente uma alternativa de democracia e de transformações de caráter popular. Collor é o responsável-chefe pela corrupção e continua tão responsável quanto antes da CPI pela política econômica. É o seu governo por inteiro que tem de, progressivamente, estar em xeque. Aliás, o ambiente político e social não seria tão favorável ao processo desencadeado pela CPI se não houvesse um repúdio crescente (ainda que não organizado) ao conjunto da ação do governo Collor. É por isso que a luta democrática - e a legitimidade que conquistamos para dirigi-la nos dá condições de ter ousadia - não pode se deter numa apuração radical da corrupção e na responsabilização de Collor. É preciso ser igualmente radical na defesa das saídas mais democráticas, o que remete à defesa de novas eleições presidenciais e de um novo governo para o país.

Unindo a ofensiva na CPI e a mobilização

Este caminho pode estimular os movimentos sociais, em particular o sindical, a compreenderem a importância da sua iniciativa como determinante no desfecho da crise e na construção de saídas. É possível sair do clima de expectativa que existe em amplas parcelas da população. Aí também joga um peso enorme a campanha eleitoral nos municípios, já claramente ligando a disputa do governo local com a construção de uma alternativa nacional de governo liderada pelo PT.

Este curso só pode reforçar a ofensiva que mantemos na CPI. Mais do que isso, frente a possíveis impasses no próprio desdobramento da CPI e prevendo um processo de disputa na sociedade em torno ao desfecho da crise e às suas saídas, a mobilização popular será o elemento decisivo. □

Por meios que dificilmente imagináramos, a situação política do país recolocou a possibilidade de recuperar o tempo perdido.

Resolução do PT sobre a CPI da Corrupção

A reunião do Diretório Nacional do PT de 4 e 5 de julho aprovou a seguinte "Resolução sobre a CPI da Corrupção":

1. O PT considera fundamental a apuração rigorosa das denúncias de corrupção pela CPI do Congresso, e pela punição dos responsáveis. Para tanto, é essencial um amplo arco de alianças, que não pode submeter-se às imposições particulares de quaisquer das suas forças componentes.

2. Politicamente, já temos condições de defender o impeachment do Presidente.

3. A tradução do impeachment em palavras de ordem para a sociedade expressou-se em "Fora

Collor", que, constitucionalmente, significa impeachment ou renúncia.

4. O afastamento e a sucessão do presidente devem dar-se nos marcos da Constituição.

5. A luta pelo impeachment pode desaguar na renúncia de Collor, renúncia que - se vier - será o resultado da mobilização popular pelo afastamento.

6. Fortalecer a vigília nacional com apoio popular através de um amplo movimento social de apoio à CPI e sua atuação."

Essa resolução tem o mérito de fazer o partido se reencontrar com seu papel de oposição radicalmente democrática ao governo Collor. Não só porque assume a

defesa do impeachment, mas porque o traduz numa bandeira de luta: Fora Collor!

A polêmica principal foi se o partido já deveria assumir a defesa da convocação de eleições presidenciais.

Os que defenderam a perspectiva de luta por eleições, acreditam que devemos manter a aliança partidária e o objetivo de criminalizar Collor na Câmara dos Deputados, mas temos que apresentar para a sociedade a nossa alternativa ao pós-Collor. Pois a posse do vice, só pode ser tida como provisória, uma vez que o governo Collor é ilegítimo desde as eleições e a alternativa é a nossa, democrática e popular.

Renúncia já!



OBJETIVA PRESS

Mobilização popular: uma grande arma

Raul Pont

O depoimento do ex-motorista do Palácio do Planalto, Francisco Eriberto França, na CPI sobre PC Farias transformou-se num xeque-mate ao governo, pondo por terra o esforço do Presidente, um dia antes, em substituir argumentos por uma bem montada encenação de 20 minutos no poderoso instrumento que é a rede nacional de TV.

O "convicente" comunicado à nação do Presidente Collor encontrou eco na sociedade não apenas pelas respostas, mas pelo peso desse veículo de comunicação. Basta comparar com os meios impressos, onde os maiores atingem cerca de 500 mil exemplares, num país de 150 milhões de habitantes.

Se a CPI tivesse o mesmo espaço - e devemos lutar por isso - em cadeia nacional de rádio e TV, não temos dúvida de que outra seria a situação do presidente Collor frente à nação.

O acesso à maioria das informações continuará restrito às minorias da sociedade, dificultando que as denúncias e escândalos que envolvem o governo, gerem um amplo movimento de massas que sustente a proposta de antecipar o fim do mandato Collor.

Essa será a tarefa da oposição democrática e popular e não da Rede Globo e seus comparsas.

Nesse sentido, a "Vigília pela Ética na Política" realizada no dia 23 de junho foi um bom começo. Movimento iniciado pela CNBB, OAB e entidades de pesquisa e assessoria como o DIAP, INESC e IBASE, por centrais sindicais e partidos, lotou o auditório Petrônio Portela no Senado, mostrando à opinião pública nacional que a CPI não se esgota numa briga parlamentar contra Collor, resgatando a ética, a moralidade e o respeito à coisa pública na administração.

É uma resposta à falência política, ética e moral da classe dominante, emblematicamente expressa na opinião do senador Nei Maranhão, líder do PRN, e do líder empresarial da grande burguesia brasileira, Mario Amato, que em locais e momentos distintos, bateram na mesma tecla. Para justificar a corrupção e os escândalos que atingem Collor, tentam banalizar a sonogação, a corrupção como algo inerente, natural, à condição de brasileiro.

A "Vigília pela Ética na Política" e nós do PT e de outros partidos da luta socialista repudiamos essa interpretação e repelimos a idéia de que os trabalhadores e o povo são corruptos também e, por isso, todos são absolvíveis.

Desde o I Congresso, o PT já definiu que o enfrentamento a

Collor não passa só pelo cumprimento do calendário eleitoral e que a luta pela antecipação do fim do mandato de Collor poderia passar pelo "impedimento", pela mudança do regime político e, principalmente, pela antecipação das eleições gerais.

A crise iniciada em Alagoas entre Pedro Collor x PC Farias desencadeou uma nova situação que desembocou numa CPI do Congresso Nacional. Num primeiro momento seu objetivo era PC Farias, seu enriquecimento ilícito, o tráfico de influência junto ao governo e em relação com grandes empresas. Nesse momento, o desdobramento da CPI já não deixa dúvidas. O alvo não é só PC Farias, mas o próprio Presidente da República que, com a resposta dada em cadeia nacional das acusações publicadas pela revista "ISTO É", tornou-se objeto da mesma CPI.

Ao não conseguir responder às denúncias e explicá-las de forma plausível, Collor de Mello é réu na CPI.

O envolvimento de Collor nas falcaturas é mais do que o suficiente para afastá-lo do cargo imediatamente. Para que não o use em benefício próprio, tendo pessoas de sua confiança plena na Polícia Federal, no Banco Central e na Receita Federal.

A CPI e o agravamento da crise, repetimos, nos ajuda a apontar o caminho que deve trilhar o movimento democrático e popular.

A CPI e o agravamento da crise, repetimos, nos ajuda a apontar o caminho que deve trilhar o movimento democrático e popular.

Em primeiro lugar, é evidente, garantir e aprofundar o funcionamento da CPI. É preciso dizer que nos primeiros momentos nem a CPI nem o funcionamento extraordinário do Congresso estavam garantidos. Houve necessidade de muita pressão e mobilização para garantir a CPI, até junto a partidos opositores que vacilavam. E agora para impedir que o recesso fosse um elemento desmobilizador da CPI e da ofensiva contra Collor de Mello.

A mobilização popular, porém, já tem razões de sobra para cobrar a renúncia do Presidente. Não só pela miséria econômica em que jogou o país, mas pela total ausência de probidade, ética e moral na condução da República.

Ampliar o movimento de massas a partir de atos unitários como o de Brasília, significa garantir ações comuns com outras forças e é, nesse sentido, que devemos buscar essa unidade em torno da RENÚNCIA JÁ!

Isso não é contraditório com o desdobramento natural da CPI que é o "impedimento", mas qualquer encaminhamento formal nesse sentido não será inferior a vários meses de tramitação entre Congresso e Supremo Tribunal Federal e o país não aguenta mais meio ano de desgoverno.

Com 12 anos de paralisia na economia e nos últimos anos com o desastre recessivo e alto custo social cobrado aos trabalhadores e ao povo pela política econômica, é impossível pensar o país vários meses parados por um Presidente em xeque por acusação de corrupção e improbidade.

O PT defende a renúncia pois é a forma mais rápida e tranquila de garantir as instituições democráticas. Não podemos tergiversar sobre isso como vem fazendo Antonio Carlos Magalhães e outros arautos da ditadura militar, que já começam a impor condições à posse do vice-presidente.

Mas o nosso objetivo é a antecipação do fim do governo Collor, com eleições gerais. A renúncia de Collor e a possível posse do vice-presidente tem para nós um claro sentido provisório. A negação radical do governo Collor significa repudiá-lo desde a sua origem, desde a sua eleição, o que implica no seu vice.

A renúncia e o "impedimento" são os remédios constitucionais para a crise. Essa é a forma de garantir a democracia. Vamos às ruas! □

Deputado Federal do PT/RS

O envolvimento de Collor nas falcaturas é mais do que o suficiente para afastá-lo do cargo imediatamente.

Impostos: a reforma necessária

Eduardo Albuquerque

A Reforma Tributária é um componente essencial das reformas estruturais que compõem o nosso projeto alternativo.

É um grande engano desprezar esse ponto, ou mesmo subestimá-lo. A Reforma Tributária diz respeito a quem vai pagar imposto, quem vai deixar de contribuir, quais setores vão se beneficiar com os recursos gerados.

I- Uma estrutura tributária funcional A acumulação de capital

Enfim, estamos lidando com a capacitação do Estado para atuar na economia. A recuperação da capacidade de financiamento do Estado é um ponto central para que o desenvolvimento econômico no país se viabilize.

No último período, a estrutura tributária foi utilizada pela ditadura militar para impulsionar o modelo de acumulação baseado na concentração de renda. Atualmente, o cambaleante governo Collor (com a integral aprovação dos empresários e do FMI) tenta implementar a sua "reforma fiscal" funcional a seus projetos.

Dando uma olhada nos números, veremos a importância do que estamos tratando: a carga tributária no Brasil é baixa (ao contrário do que apregoa o neoliberalismo).

TABELA I

CARGA TRIBUTÁRIA EM PERCENTAGEM DO PIB	
1992	
PAÍSES	%
EUA	30,1
SUÉCIA	56,1
ALEMANHA	38,1
FRANÇA	43,8
BRASIL	21,9*
FONTES: OCDE, FGV	*(DADO DE 1989)

A Carga Tributária no Brasil é inferior à dos países capitalistas mais desenvolvidos. Ou seja, no Brasil se paga pouco imposto, uma quantia que alcançará este ano uma cifra superior a 90 bilhões de dólares. Nos últimos anos a Receita Tributária caiu, estando na casa dos 20 a 21 % do PIB. Uma quantia que alcança cifras superiores a US \$ 80 bilhões. O sistema tributário é uma importante ferramenta de planejamento da atividade econômica, até hoje plenamente utilizada pelos grupos capitalistas do país.

A estruturação do Sistema Tributário indica quem paga imposto. Ele pode ser progressivo (quem tem mais paga mais) ou regressivo (os mais pobres pagam mais). No caso do Brasil a história é conhecida.

A TABELA II, extraída por José Serra de um trabalho de

Ibrahim Eris, mostra como se distribuía a Carga Tributária entre a população.

TABELA II

CARGA TRIBUTÁRIA DE RENDA	CLASSES
MENSAL SALÁRIOS MÍNIMOS	CARGA TRIBUTÁRIA (EM %)
0 - 1	35,9
1 - 2	31,9
2 - 5	24,3
5 - 10	23,3
10 - 15	22,4
15 - 20	22,3
20 - 30	21,9
30 - 40	21,8
40 - 50	20,9
50 - 75	19,8
75 - 100	17,6
MAIS DE 100	14,1
TOTAL	25,4
FONTES: IBRAHIM ERIS	ANPEC

Quanto mais pobre, mais imposto se paga no país. É no enorme peso dos chamados tributos indiretos (o que é pago quando compra-se feijão, sapato, caixinha de fósforo) em detrimento dos diretos (os sobre o patrimônio, sobre os ganhos de capital, lucros, etc) que começa a distorção no Brasil. Aqui, os impostos indiretos têm uma participação em torno de 50% do total da receita tributária (antes e depois da Constituinte de 1988). Nos países capitalistas desenvolvidos, essa média estava em torno de 32%, com os Estados Unidos apresentando a marca de 21%, a Holanda 24% e a Suécia 31%.

A estrutura de arrecadação tributária no Brasil é extremamente clara quanto ao peso do que se arrecada do trabalhador. Em 1989, o valor arrecadado com o Imposto de Renda representou 18,24% do total da Receita Tributária. Apenas o arrecadado como Recursos para a Previdência superou este total: no mesmo ano alcançou a marca de 19,78%. As Contribuições Sociais arrecadam um valor duas vezes maior do que o arrecadado pelo Imposto de Renda!

Analisando com mais detalhes o Imposto de Renda, veremos que são os assalariados os que de fato são tributados. Fernando Rezende da Siva, em um estudo sobre "O imposto sobre a renda e a justiça fiscal", chega à conclusão de que no Brasil "o Imposto de Renda pessoal" é "essencialmente um imposto sobre o rendimento do trabalho assalariado urbano" (p. 46). O autor menciona que "em 1964, do total do imposto de renda arrecadado na fonte, 18% referiam-se a rendimentos do trabalho e 60% a rendimentos do capital. Em 1970, as mesmas percentagens foram da ordem de 50% e 17% respectivamente" (p.49).

Reforma Tributária de Collor

Apoiada pelo FMI e um dos pilares do apoio do grande capital à gestão Marcílio no Ministério da Economia, a propalada Reforma Fiscal do governo vai num sentido oposto ao por nós proposto.

Em primeiro lugar passa longe de atacar o nervo da crise que é a economia subterrânea alimentada pelo setor exportador. Ao contrário, ela se articula com a nova Política de Comércio Exterior, que

incentiva as atividades de exportação com crédito e linhas especiais de financiamento (ver ET 257, "Os Movimentos da Reestruturação").

Em segundo lugar há o velho ataque a alguns direitos sociais como aposentadoria por tempo de serviço, fim da estabilidade do funcionalismo federal, etc.

Em terceiro lugar, as mudanças na área das contribuições sociais, sob o título de redução dos

encargos das empresas, vem consolidar a dimensão da sonegação atual. Propõe, por exemplo, o fim do FGTS com a sua incorporação aos salários (alguém acredita nessa?...). A privatização da Previdência se articula com esse propósito.

Em quarto lugar, é mantida a estrutura regressiva, não se altera a relação entre impostos diretos e indiretos e persiste a baixa tributação do capital e da riqueza.

II- Economia subterrânea e a crise atual

Mas, apesar de toda esta estrutura tributária favorável aos interesses do capital, o que caracteriza a relação dos grandes grupos com o fisco é a sonegação. Todas as revelações que envolvem Collor-PC Farias expõem a realidade do país do "caixa 2". E de uma coisa não podemos acusar Collor-PC Farias: eles não inventaram o "caixa 2"; ao contrário, eles são produto dele.

O que significa a sonegação?

Em primeiro lugar, é uma coisa de empresário: não é possível um trabalhador sonegar um imposto devido por seu salário. Suas contribuições são religiosamente retidas na fonte. Já o empresário... O Millôr Fernandes fez um irônico comentário sobre isso em sua coluna do "Jornal do Brasil" (23/6/92): "Há mil maneiras de falsificar as contas de uma empresa. Até hoje não apareceu gênio capaz de falsificar um salário".

Em segundo lugar é um problema econômico grave: é um dinheiro que deixa de chegar aos cofres públicos e é um dinheiro que ao circular subterraneamente irá alimentar a economia informal.

E uma avaliação da presente situação econômica deverá olhar com atenção para esse aspecto. No "Diagnóstico sobre a Economia Brasileira" elaborado pelo Grupo de Economistas do PT-MG essa questão tem um enorme peso. É um dos "nervos" da crise atual.

A cadeia da sonegação que alimenta a economia informal começa no "pólo" dinâmico da economia brasileira: no setor exportador. Através de expedientes como subfaturamento das exportações e superfaturamento de importações, ao mesmo tempo é alimentado o esquema da evasão de divisas e a economia informal no país.

O esquema da economia informal começa, portanto, na atividade do grande grupo econômico exportador. Em um número de 1989, a revista "Conjuntura Econômica" (nº 6 - vol.43 - 30/06/89) estimava que as exportações alcançariam um montante superior a US \$ 40 bilhões, bem acima dos US \$ 33 bilhões registrados.

É a partir daí que se espalha a "informalidade" econômica. Como mostra o "Diagnóstico ..." do Grupo de Economistas do

PT-MG, "o exportador que subfatura adquire uma renda real superior à legal. Com isso, necessariamente, uma parte do seu consumo (e do seu investimento) terá de se realizar também ilegalmente. O apartamento de luxo será registrado por preço inferior ao real, o novo computador da empresa será adquirido no contrabando, uma parte dos insumos será comprada sem nota fiscal, e assim por diante. A cadeia da evasão fiscal se perpetua na construtora, na firma de informática, na indústria fornecedora". É a economia do "caixa 2".

Resultado: uma economia subterrânea que movimenta uma boa parcela do PIB. Em 1989 a FGV, através da "Conjuntura Econômica", estimava em mais de 10 % do PIB (para um PIB calculado pelo IBGE em US \$ 352 bilhões, a FGV avaliava um PIB real de US \$ 400 bilhões). Ainda nesse número da revista a FGV calculava que o "PIB tributável no Brasil não deve passar de seus 200 bilhões de dólares". Em 1991, o documento do Grupo de Economistas do PT-MG estimava uma economia subterrânea de 25 a 30 % do PIB.

III- Ciranda financeira internacionalizada

De quebra, esse roteiro de evasão alimenta também o acúmulo de recursos de brasileiros no exterior, calculado em pelo menos US \$ 40 bilhões (é a estimativa da corretora Solomon Brothers, segundo o "Jornal do Brasil", 29/06/92). Esses bilhões de dólares brasileiros no exterior desmentem cabalmente as previsões neoliberais de que mais facilidades para a movimentação do capital atrairiam mais capital para o país. O que se vê é o oposto, com a ampliação da "fuga de capitais".

Internamente, assiste-se a volta da "ciranda financeira". Como anuncia a "Gazeta Mercantil" (16 e 18/05/92), "a poupança financeira do setor privado - desfalcada pelo Plano Collor em março de 1990 - está praticamente recomposta... A cifra total já supera US \$ 100 bilhões". O título da matéria é sugestivo: "um dinheiro parado".

De volta, portanto, à situação do fim do governo Sarney.

A dívida interna continua consumindo boa parte dos recursos públicos. E essa questão é essencial para a elaboração de uma proposta de Reforma Fiscal: trata-se do lado dos "gastos".

A TABELA III mostra como os recursos públicos vinham sendo consumidos.

A presença da "ciranda financeira" traz duplo prejuízo a uma proposta de cunho democrático e popular. Em primeiro lugar os recursos que circulam pelos esquemas financeiros não apresentam qualquer disposição de migrarem para os investimentos produtivos, como a própria "Gazeta Mercantil" informa. Em segundo lugar, a alimentação do circuito da dívida interna consome boa parte dos recursos arrecadados pelo governo (na Tabela III vê-se que em 1987 cerca de 10% do PIB se destinava a pagar os juros nominais da dívida interna). Para 1992 a "Gazeta Mercantil" (25/05/92) informa que o Banco Central admitia que "a conta de juros sobre o estoque da dívida interna total poderá alcançar a marca de 21 bilhões de dólares no final do ano". Isso equivale a 4,9% do PIB.

IV- Uma proposta de reforma fiscal

Essa caracterização traz os elementos chave para a elaboração de uma proposta de Reforma Tributária.

Em primeiro lugar, é importante notar o sentido inteiramente oposto do proposto pela reforma de inspiração neoliberal. Grosso modo, como pode ser visto no box da pág. 7, a proposta neoliberal pretende sacramentar a situação atual. Em suas distintas variantes, a pregação neoliberal é sempre a mesma: há excesso de impostos, a sonegação existe porque

TABELA III

POUPANÇA DO GOVERNO EM CONTA CORRENTE (CONCEITO CONTAS NACIONAIS) (EM % DO PIB)				
DISCRIMINAÇÃO	1975	1980	1985	1987
A - REC. TRIB. BRUTA	25,2	24,7	22,0	22,2
B - TRANSFERÊNCIAS	11,3	14,4	20,3	16,5
JUROS DIV. INTERNA	1,2	1,9	10,9	9,7
ASSIST. E PREV.	6,7	7,8	7,1	7,3
SUBSÍDIOS	2,7	3,7	1,5	1,7
OUTRAS	0,7	1,0	0,9	-2,2
C - REC. LÍQ. GOV. (A - B)	13,9	10,3	1,7	5,7
D - DESP. CORRENTES GOV.	10,2	9,2	9,7	12,3
SALÁRIOS E ENCARGOS	7,1	6,3	6,8	7,5
COMPRAS BENS E SERV.	3,1	2,9	2,9	4,8
E - POUPANÇA DO GOV.	3,7	1,1	-8,0	-6,6

FONTE: IBGE, CITADO NO DOCUMENTO PARA A DÉCADA DE 90
 (PRIORIDADES E PERSPECTIVAS DE POLÍTICA PÚBLICA, IPEAMPLAN, VOL 1, PÁG 7)

Exportação de suco de laranja: um exemplo de onde começa a economia informal

"A tabela IV (na pág.7) mostra simplesmente a evolução do preço do suco de laranja exportado pelo Brasil (preço de registro na CACEX) e a do preço do mesmo produto comercializado na Bolsa de Mercadorias de New York, ao longo de três anos (1987 a 1989), mês a mês.

Observa-se que o preço registrado deste nosso manufaturado nunca chegou, neste período, se-

quer à metade do preço de New York. Ora, evidências tão flagrantes de subfaturamento num produto aparentemente "insuspeito" (afinal, as cotações do suco de laranja são divulgadas até pelos jornais) levam à conclusão de que o fenômeno deve ter se generalizado amplamente ao longo da década. Diante disso, é absolutamente defensável a hipótese de que o valor total de nossa exportação pode se elevar

em pelo menos 1/3, se incorporada a parcela hoje subfaturada. Isso significa que algo em torno de US\$ 10 a 12 bilhões de renda gerada pelo setor externo ficam hoje de fora das contas nacionais. Levando-se em conta o multiplicador, o efeito microeconômico interno dessa evasão de divisas deve chegar à casa dos US\$ 40 bilhões, cerca de 13% do PIB atual."

eles são um peso enorme sobre as empresas etc.

Nosso ponto de partida é oposto: trata-se de um conjunto de mudanças, articuladas com as reformas estruturais, que compõem o nosso Projeto Alternativo (as propostas que serão aqui desenvolvidas estão no documento "Um projeto para o PT", produzido pelo Grupo de Economistas do PT-MG).

Cada modelo econômico tem uma estrutura tributária que se ajusta a ele, que lhe é funcional. O modelo de tributação existente é resultado de um projeto determinado, apresentado pelos setores dominantes e em sintonia com uma determinada correlação de forças. Não é uma definição técnica. A desatenção do movimento democrático e popular a este tema cede enormes margens de manobra às classes dominantes. No caso brasileiro, como vimos, a estrutura tributária foi mais um meio para extorquir recursos dos trabalhadores (a mais-valia é disputada não apenas nas campanhas salariais, mas também nestas elaborações mais gerais, e a burguesia saiu-se muito bem nestes embates: rico não paga imposto no Brasil, é bom que se insista).

É exatamente por isso que a implementação de uma Reforma Tributária no Brasil não se dará sem pesados enfrentamentos sociais, onde o avanço da democracia é essencial para quebrar a resistência das classes dominantes. A experiência recente demonstra a dificuldade de inverter esse quadro. Basta lembrar a resistência da bancada conservadora na Constituinte para avançar em direção a uma estrutura progressiva. Na Prefeitura de São Paulo está a lição da brutal resistência das classes dominantes a pagar um pouco mais de imposto: a campanha contra o IPTU progressivo foi impressionante (e não é apenas um pequeno anúncio do que serão os enfrentamentos em torno de uma Reforma Tributária progressista).

Na elaboração de um novo modelo econômico, a questão tributária deve a seu modo se ajustar aos objetivos mais gerais do projeto democrático e popular, e contribuir para os objetivos da superação da crise.

Há uma primeira linha de mudanças que precisa atacar um dos "nervos" da crise: o desenvolvimento de controles administrativos sobre as exportações e as importações, barrando a possibilidade de sub e superfaturamento no comércio exterior. O aparelho fiscal e órgãos como a Polícia Federal devem ser capazes de exercer um controle rigoroso do comércio externo.

Ainda nesta linha, buscando fazer emergir a economia submersa, o fim do anonimato bancário é importante, ao lado de um verdadeiro reequipamento da Receita Federal para "detectar não apenas os fluxos de renda, mas também, e principalmente, as mudanças patrimoniais" (p. 26).

Essas medidas, que ampliam a base de tributação, talvez por si só podendo ser responsável por uma elevação de 3% do PIB na Receita Tributária, devem vir acompanhadas da Reforma Fiscal.

Qual o seu sentido?

O patrimônio privado (a riqueza) deve ser a base da tributação e da transferência de renda. Os ricos e as altas rendas devem ser efetivamente taxados.

Há a proposta do Imposto de Solidariedade (ver artigo de

Reinaldo Gonçalves na "Teoria & Debate" nº 14), que incidirá sobre as pessoas mais ricas do país. Seria cobrado de uma única vez, de todas as pessoas com um patrimônio superior a um milhão de dólares. Os recursos aí recolhidos seriam utilizados integralmente na melhoria da infra-estrutura social do país.

Além deste imposto de caráter extraordinário, "deve ser criado o Imposto sobre Grandes Fortunas e reestruturados o Imposto de Renda e os Impostos sobre Grandes Propriedades (ITR, IPTU, IPVA)"

Quanto aos impostos indiretos, devem ser "adotados critérios de seletividade" e também devem ser reduzidos.

Outro princípio básico será a penalização do capital especulativo, forçando o capital a abandonar a ciranda financeira e a se dirigir para o investimento produtivo. O novo sistema tributário deve se organizar como um verdadeiro "corredor polonês", que leve o capital para a produção.

Quanto às contribuições sociais, a proposta deve se articular com a criação do FUNDO SOCIAL DOS TRABALHADORES e de sua "holding" de empresas (ver ET 259, de maio/junho de 1992). Na proposta desenvolvida por Maurício Borges e Fernando Pimentel ("Previdência Social: aspectos teóricos, situação atual e uma proposta alternativa") está a sugestão da unificação da contribuição previdenciária, do FGTS, do PIS-PASEP, uma certa redução do peso de sua incidência. Esta unificação facilitaria a sua arrecadação e o controle pelos trabalhadores.

Todas essas propostas exigem, em especial, uma coordenação com a Reforma do Sistema Bancário, essencial para controlar a sonegação, evitar a evasão de divisas, viabilizar a tributação e garantir o fim dos movimentos especulativos. Tema para o próximo artigo.

Do lado dos gastos, a Reforma Tributária exige a mudança das políticas em relação à dívida externa e interna, "desativando as bombas" destas duas dívidas (p.25). A prioridade passaria a ser a reativação dos investimentos públicos, essencial para a retomada do crescimento econômico em novas bases. □

Eduardo Albuquerque - que é da Comissão Dirigente PT-MG.

TABELA IV

EXPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA - PREÇO MÉDIA US\$/TON			
ANOMÊS	PREÇO CACEX	BOLSA NEW YORK	I / II
1987/JANEIRO	905,09	2713,42	0,3336
1987/JULHO	1117,95	2888,47	0,3870
1988/JANEIRO	1545,9	3759,18	0,4114
1988/JULHO	1698,51	4236,80	0,3997
1989/JANEIRO	1598,74	3276,70	0,4879
1989/JULHO	1801,42	3770,81	0,4778

TRECHO E TABELA EXTRAÍDOS DO DOCUMENTO "POR UM PROJETO PARA O PT" DO GRUPO DE ECONOMISTAS DO PT/MG

A Reforma Tributária de 1966 e a Constituinte de 1988

Articulado ao Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pelo governo militar, a Reforma Tributária de 1966 veio junto com a Reforma Administrativa e a Bancária.

Segundo Fabrício Oliveira ("A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil"), os principais objetivos foram: "a) aumentar a captação de recursos financeiros para os cofres públicos, visando garantir ao Estado condições quer para desempenhar as novas funções que incorporara ao longo do processo, quer para eliminar o déficit público...; b) transformar o sistema tributário numa poderosa e eficaz ferramenta capaz de impulsionar, promover e orientar o processo de acumulação" (p.45).

A Reforma Tributária envolveu: a) "saneamento" do sistema, fundindo impostos, eliminando outros e ajustando alguns à estrutura industrial existente; b) a centralização do sistema (com a União ficando com o grosso da arrecadação); c)

melhorias no sistema de cobrança e reformulação do aparelho fiscal; d) elevação de alíquotas.

Resultado: de 18% do PIB em 1963, a Carga Tributária Bruta passa para 24% em 1966 (p. 120).

A análise de Fabrício Oliveira indica que num primeiro período (1967-70), o sistema tributário foi utilizado, através da "abertura do leque de incentivos", para dinamizar o mercado de capitais, para a "promoção das exportações, estímulos a setores deprimidos e no incentivo a novos investimentos" (p.92). Houve uma "enxurrada de novos incentivos", "configurando verdadeiras doações ao capital" (p.95).

De 1971 a 1974, o sistema tributário contribui para estimular o setor de bens de capital, que passa à liderança do desenvolvimento industrial; para diversificar a estrutura das exportações e para "socorrer instituições financeiras em dificuldade" (p. 115).

Mas, conclui Fabrício Oliveira, foi "principalmente através do instrumento tributário que se

passou a repassar uma expressiva parcela dos recursos arrecadados para os setores tidos como prioritários para o processo" (p.125).

Na Constituinte de 1988 o fundamental desta estrutura tributária é mantida. A maior mudança se refere a uma certa descentralização da distribuição dos recursos arrecadados, ampliando a receita municipal.

O caráter regressivo é no fundamental preservado. Como analisam Fabrício Oliveira e Geraldo Bisoto (em um texto intitulado "Reforma Tributária: superfície e realidade dos problemas"), "a carga tributária no Brasil permaneceu baixa e mal distribuída entre os membros da sociedade: é alta a participação dos impostos indiretos na arrecadação". Alertam que a sua estrutura "altamente complexa" torna "elevado o custo da administração fazendária, difícil a fiscalização e, em consequência, crescentemente mais eficaz a sonegação"

CUT X CIOSL

Falsas e verdadeiras questões da filiação internacional

Gustavo Codas

A discussão sobre filiação internacional da CUT é um dos pontos de polarização dos debates atuais na Central. Aparentemente, a discussão é entre as opções: "filia ou não filia à CIOSL?". Mas a questão principal é a orientação geral da política internacional da Central, e isto não se resolve com a discussão sobre filiação.

Por delegação do 4º Concut a Plenária Nacional de julho poderá tomar uma deliberação sobre a filiação internacional. Essa deliberação se dará sem que tenha se aprofundado a discussão sobre política internacional e o balanço da trajetória das relações internacionais da CUT nos anos recentes.

"Única central mundial"

Entre companheiros que defendem a filiação (a grande maioria da Articulação Sindical e setores de peso da Corrente Sindical Classista) o fato de se integrar organicamente na "única central mundial" é a única via possível para enfrentar os desafios internacionais da CUT.

Alguns desses companheiros sustentam que há uma disputa na CIOSL entre posições das quais a CUT deve participar (grosso modo, sindicalismo europeu - sindicalismo americano, ou "esquerda" - "direita").

Em geral esta visão substitui a política pela "estrutura". Ao invés de responder "o quê", passa a discutir "como". Nesse rumo a CUT entra no cenário internacional fragilizada frente a outras organizações que tem uma longa trajetória.

Vejamos estas questões a partir de um caso concreto. A CUT participa desde o início da Coordenadoria de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS). A criação dessa Coordenadoria foi estimulada pela ORIT/CIOSL, mas não exige filiação às mesmas (das 7 centrais que participam só 3 são filiadas à ORIT/CIOSL: CGT e FS do Brasil, CGT da Argentina). A Coordenadoria se articulou em torno da luta pela democratização dos países da região, mas só no último período veio a encontrar sua vocação quando se deflagrou o processo do Mercosul, e os trabalhadores da região precisaram organizar uma resposta às estratégias do capital.

A representatividade das centrais sindicais na região é muito heterogênea, pensar a resposta concreta aos desafios apenas através delas seria não considerar setores importantes de trabalhadores desses países. O exemplo claro é o da Argentina, onde a burocratizada CGT menemista participa da CCSCS, sem nenhuma vocação de organizar a resistência aos planos neoliberais - aqui a resposta às estratégias do capital passa por articular com setores que estão fora da CGT, em confronto com a mesma, e que não estão representados na CCSCS!

Em suma, (1) participar de um "forum" não cria magicamente uma política internacional; (2) o "forum" não resolve a política, e eventualmente, pode dificultá-la; (3) frente a CCSCS nada disto estaria claro se a CUT não tivesse uma orientação

política cujo norte é uma estratégia para enfrentar o Mercosul; (4) mesmo a CCSCS só se viabilizou porque não exige "filiação internacional".

"Quarta central"

No campo contrário à filiação na Plenária Nacional, isto é, da Cut Pela Base e setores da Articulação Sindical e Corrente Sindical Classista, passando pela Força Socialista até a Convergência Socialista, as razões e as táticas são muito diversificadas.

Os companheiros da CS, quando colocam a filiação à CIOSL como traição aos princípios cutistas e chamam a construir uma "quarta central mundial" se orientam pela lógica da disputa interna sem responder aos problemas da política internacional da CUT.

A filiação em si não muda a CUT. O que pode mudar a CUT é sua orientação política (o que depende de sua direção e seus congressos de base) e seu funcionamento interno (estatutos, estrutura sindical, etc.) O ato de filiação não é ideológico em si. Pode se transformar se a CUT assumir o discurso majoritário da CIOSL pró-pacto social, etc. Para salvar os princípios cutistas não basta deflagrar uma campanha nacional de prevenção contra a contaminação social-democrata internacional, mas é necessário armar a classe trabalhadora brasileira com uma perspectiva que demarque claramente com essa política. E é estranho que os companheiros da CS mencionem entre os parceiros para a "quarta central mundial", centrais sindicais que são repudiadas pelas respectivas seções da LIT (organização internacional da CS). Esse é o caso do movimento pró-Congresso dos Trabalhadores Argentinos (CTA) e a CUT do Paraguai.

A "recomposição internacional"

No campo contrário à filiação à CIOSL há companheiros que entendem que a filiação não constitui uma violação dos princípios cutistas, mas um erro de orientação política. Além do já mencionado, porque se omite um balanço crítico sobre a trajetória das relações internacionais da CUT em anos recentes, onde há pistas importantes sobre nossos impasses. Porque na tentativa de explicar a participação da CUT na disputa internacional entre correntes no interior da CIOSL (acima mencionada), companheiros da Articulação Sindical, negam diferenças profundas que existem entre nossa experiência sindical e centrais que definem rumos na CIOSL como a DGB alemã, a CFDT francesa, as centrais italianas, etc. Desta maneira, se abre a porta da confusão ideológica junto a militância cutista. Porque pelo fato da CUT não ter suas prioridades e objetivos internacionais claramente definidos, fica fragilizada frente às centrais que os tem.

Tem se argumentado que para responder à internacionalização do capital, deve se filiar a uma central internacional. Porém, mesmo os sindicatos europeus quando precisaram responder à unificação capitalista do seu continente, criaram a Confederação Européia dos Sindicatos (em 1973) que não se define por uma filiação internacional. Isto é, para dar uma resposta concreta aos desafios do capital sempre se prescinde da CIOSL já que esta organização surgiu para "tarefas geopolíticas" do lado ocidental da "Guerra Fria" e não para dar respostas sindicais.

Um dos objetivos da CUT no plano internacional deve ser o fortalecimento de experiências sindicais em outros países com princípios e práticas afins às da CUT, quer dizer, que a relação internacional não deve ter igual caráter com todas as centrais e organizações sindicais nos diversos países. Esta visão parte da necessidade de uma ampla recomposição do movimento operário ao nível internacional para o qual a CUT deve trabalhar ativamente - o que nada tem a ver com a visão da "quarta central mundial" hoje.

Esta perspectiva se choca com a visão que define a política de relações internacionais da CUT como restrita (ou prioritária) ao campo das centrais sindicais filiadas à CIOSL (o que pode querer dizer, "a suas direções") no caso dos países onde elas existam. Como aquela recomposição não se dá a partir das direções dessas centrais, mas em geral a

A questão principal é a orientação da política internacional da Central, e isto não se resolve com discussão sobre filiação.



VALENTIN ROZANCEV

sua revelia e em muitos casos contra elas, essa visão "submissa" presente entre companheiros pró-filiação, abortaria o papel da CUT nessa tarefa internacional.

A "tarefa Cuba"

Para nós, latino-americanos o destino da Revolução Cubana não é um problema menor. No bloqueio decretado pelos Estados Unidos está em questão a possibilidade, ou não, de realizar revoluções populares no Terceiro Mundo, na "nova ordem internacional" do imperialismo. A CUT pode encabeçar continentalmente a luta contra o bloqueio; e não é segredo que a CIOSL, sob pretexto de "atividades por direitos humanos" esconde um papel ao lado das campanhas contra a Revolução Cubana. Uma definição precisa da Plenária Nacional, em defesa do povo cubano contra o bloqueio e pela sua auto-determinação, demarcando claramente com as Resoluções do XV Congresso Mundial da CIOSL, ganha assim centralidade pelas pressões internacionais sobre a CUT.

O lado interno

As relações internacionais da CUT devem ser analisadas também do ponto de vista interno da Central. Não somente a questão não é ponto de pauta de sua Executiva Nacional há muito tempo - o que sinaliza que as relações internacionais da CUT não estão claramente alicerçadas numa política de sua Direção Nacional. Também, desde o 3º Concut (1988), a Secretaria de Relações Internacionais passou a ter um funcionamento fechado (ao contrário do período anterior, quando contava com um coletivo e distribuição de tarefas entre

diversos dirigentes). O funcionamento atual da área internacional da CUT fragiliza qualquer política internacional da Central.

Por último, não é mistério a dependência financeira criada pelas estruturas nacionais cutistas das fontes externas. As áreas prioritárias de investimento, em geral, são definidas a partir das prioridades dessas fontes (o que é diferente de dizer que a "linha" é definida pelas mesmas). A relação internacional está permeada pela questão financeira desde o início. Os esforços para democratizar na CUT o controle sobre suas finanças são recentes, escassos e frágeis. É óbvio que na conjuntura atual, esta questão terá seu peso.

É por este conjunto de razões, fundamentalmente, que alguns companheiros (como os da CSC) mesmo propensos a propor a filiação à CIOSL votarão contra na Plenária Nacional. Isto é, suas razões não estão na CIOSL, mas são internas à CUT e sua direção nacional.

Deliberar num Concut

Frente a esse conjunto de problemas, é evidente que a melhor proposta é remeter a votação da filiação internacional para um Congresso Nacional da Central, como propusemos no 4º Concut.

Clarificar a política internacional da central, situá-la na perspectiva da recomposição do movimento operário internacional, definir claramente suas tarefas frente as emergências como o caso cubano, e dar transparência e caráter democrático ao funcionamento da área internacional da Central, eis as tarefas atuais de nossa Central no terreno internacional. □

Mulheres na direção

Marilane Teixeira

Havia no Brasil, em 1988, 9,09 milhões de trabalhadores(as) filiados(as) a sindicatos ou associações, destes 74,4% homens e 25,6% mulheres. Ao mesmo tempo, as mulheres representam 35,5% da população economicamente ativa (conforme PNAD, 1988 e 1989). Há, portanto, um enorme potencial de participação feminina ainda não atingido pelo sindicalismo.

Do ponto de vista da participação das mulheres nos órgãos de direção sindical, a realidade expressa ainda mais a exclusão. Do total de dirigentes sindicais existentes no Brasil, apenas 14,4% são mulheres (conforme Pesquisa Sindical do IBGE, 1989).

Os dados da CUT não revelam um quadro diferente: no III CONCUR, 1988, do total de delegados, 25,1% eram mulheres, mas apenas uma foi eleita para a Executiva de vinte membros; no IV CONCUR, 1991, para 18,37% de presença de mulheres no total de delegados, duas foram eleitas para a Executiva de 32 membros.

As mulheres estão na base dos sindicatos, na construção do sindicalismo cutista e de suas lutas e, no entanto, estão extremamente sub-representadas nas instâncias decisórias.

Desta forma, constata-se que o movimento sindical de uma maneira geral não alterou a sua visão sobre a situação das mulheres: necessidade da divisão do trabalho doméstico, criação de estruturas que permitam a participação das mulheres com filhos (creches nos eventos do movimento sindical). Os processos de formação política também se revelam como processos de exclusão, já que em geral as mulheres tem sua participação preterida. A violência sexista se mantém no interior do movimento. Há uma clara desvalorização de seu trabalho no interior dos sindicatos.

Igualdade e representatividade

Para a Plenária Nacional estão colocados duas propostas: uma encaminhada pela Coordenação Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT (CNMT) que propõe o estabelecimento de uma cota mínima de participação das mulheres nas instâncias de direção da central.

A outra posição propõe que a incorporação de mulheres nas instâncias de direção se dê através da definição de metas, e que cada instância defina uma meta percentual correspondente as suas características.

A proposta de cotas que esta sendo apresentada no interior da central, além do estabelecimento de uma cota mínima de 30% de mulheres para as instâncias da central, propõe um conjunto de medidas que somadas contribuirão para alterar significativamente e positivamente a dinâmica das relações sindicais no interior da CUT. São elas: a inclusão da questão da mulher trabalhadora em todas as atividades de formação, campanhas de sindicalização dirigidas especialmente às mulheres, criação das comissões sobre a mulher trabalhadora. Aprovar a cota na CUT significa reconhecer que esta desigualdade, ao se expressar em todas as esferas sociais, também é reproduzida na CUT, contraditoriamente ao compromisso democrático e igualitário firmado nos seus princípios e práticas, necessitando desenvolver políticas que construam a igualdade de gênero (ou seja, entre homens e mulheres) no seu interior.

A proposta das metas apresentado por várias companheiras(os), também expressa uma preocupação em relação a incorporação das mulheres no interior da central. No entanto não avança em medidas concretas, configurando-se mais como intenção de mudança do que como uma nova prática a ser implementada.

O resultado de algumas plenárias estaduais aponta um balanço bastante positivo sobre a aprovação das cotas. Estados como RS, MG, AL, PB, RJ manifestaram-se a favor. Em outros, como SP e ES, mesmo não aprovada foi tema de grande debate com posições bastante divididas.

A proposta tem também o mérito de abrir o movimento sindical para uma discussão presente na sociedade, mas até pouco tempo tratada com muito tabu e preconceito em nosso meio. □



HENRY KERR

Balanço: construindo o PT

João Machado

Em agosto de 1991 realizamos a 2ª Conferência Nacional da tendência Democracia Socialista, preparatória ao 1º Congresso do PT. Não fizemos então a discussão da nossa visão geral da construção do PT e do papel da DS: consideramos que continuava valendo o que havíamos aprovado na nossa Conferência de 1988, e que apenas após o 1º Congresso haveria base suficiente para uma reavaliação geral. Agora, alguns meses após o 1º Congresso, já é oportuno começar esta reavaliação. Haverá alguma mudança importante a fazer na nossa perspectiva?

Desde o início do PT trabalhamos com a idéia de que nosso caminho seria construir o PT como partido revolucionário de massas, e nos opusemos às visões, no início muito fortes, que viam o PT como legenda, espaço legal no qual se poderia acumular forças para construir o "verdadeiro" partido revolucionário, ou como frente. Para nós, o partido sempre foi o PT. Por outro lado, achávamos necessária uma atuação consciente e organizada para disputar no PT os rumos da sua construção: não víamos a evolução do PT para se constituir em um partido revolucionário como algo natural, e muito menos garantido. Entre outras razões, desde o início estavam presentes no PT muitas visões diferentes sobre o que ele deveria ser e sobre as suas orientações políticas. Assim, a DS teria um papel na nossa opinião importante; não poderíamos apenas nos dissolver no processo de construção do PT.

Mas o fato é que para nós, "o partido" sempre foi o PT, e a DS sempre foi pensada como um instrumento para defender uma política de construção e orientações no PT. Estivemos entre os primeiros a defender esta idéia, e isto é um motivo de justo orgulho para nós.

Este resumo geral da nossa visão era válido no início e continua válido hoje. Mas dentro desta visão geral, pode haver diferenças importantes.

O horizonte do PT classista e a autonomia relativa da DS no interior do PT

Quando sistematizamos a nossa primeira visão de construção do PT, em 1980, no texto "O PT e o Partido Revolucionário no Brasil" (que foi publicado após um longo processo de discussão em 1981), fizemos uma separação clara entre nosso objetivo de médio ou longo prazo de construir o PT como um partido revolucionário de massas e nossos objetivos mais imediatos, o que disputaríamos imediatamente. Avaliávamos, na época, que seria errado querer dar ao PT uma definição revolucionária (e marxista) mais acabada a curto prazo. Dizíamos que "esta seria uma política inviável, estreita, e nos levaria a um processo de sectarização" (O PT e o PR, revista Perspectiva Internacional, nº 8/9, p.13). Pensávamos que qualquer tentativa de "forçar" definições mais revolucionárias levaria ao risco de reduzir a pluralidade no PT, essencial para a sua construção como partido de massas. Isto pelo "caráter inicial do movimento do proletariado brasileiro rumo à independência política", e principalmente pela "correlação de forças entre as diversas correntes do movimento operário".

Daí concluíamos que "para que o PT possa vir a ser um partido revolucionário são necessárias duas condições: - um avanço qualitativo no grau de consciência e de combatividade das massas, que mudasse de maneira decisiva a correlação de forças entre as diversas correntes do movimento operário em favor das que estão mais à esquerda: o que ocorreria, por exemplo, numa situação pré-revolucionária, ou revolucionária e - a existência, neste momento, de uma organização marxista-revolucionária forte o bastante para poder disputar e conseguir que o PT assumira um programa e uma ação revolucionária completa" (mesmo texto, p.12). Enquanto isto não ocorresse, nosso horizonte seria "mais modesto" do que o de um partido revolucionário: "que o PT se mantenha como um partido claramente classista, e que luta contra a ditadura militar e a exploração capitalista".

Neste quadro, a DS era pensada mais como organização política capaz de ser uma referência para os setores de esquerda do PT e de participar da disputa de suas definições políticas, com um certo grau de autonomia em relação ao PT, do que como uma tendência do partido. A DS não propunha para adoção no PT o conjunto da sua visão programática. Além disso, em termos práticos, a possibilidade real de influência da DS no início, estava reduzida basicamente aos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e era quase que só indireta na direção nacional.

Um elemento básico para esta avaliação era que víamos a corrente majoritária do PT fundamentalmente como "classista" (o que evidentemente já é muito positivo; isto significava na nossa terminologia, por exemplo, que para nós a corrente majoritária do PT - o que muitas vezes chamamos de "lulismo" - estava claramente à esquerda do PCB ou do PC do B, que não tinham uma política de independência de classe), mas não como revolucionária (na medida em que, na nossa avaliação, não tinha uma definição da necessidade da revolução socialista).

Nos anos seguintes fizemos várias variações em torno destas idéias iniciais, buscando caracterizar o que seria a esquerda, o centro e a direita do PT (e em geral considerávamos o "lulismo" como centro ou centro-esquerda, especialmente à esquerda de algumas organizações marxistas que não queriam construir o PT como partido). Quando se formou a "Articulação", avaliamos que representava o centro e a centro-esquerda mas com uma presença de setores de direita (no sentido de à direita no espectro do PT, isto é, com posições reformistas). Em geral procuramos realizar agrupamentos de setores de esquerda para defender algumas posições básicas.

Reavaliando o percurso do PT

Principalmente a partir de 1985 começamos a fazer algumas mudanças nas nossas avaliações. Começamos a avaliar, por exemplo, que o peso de setores marxistas no interior da Articulação, principalmente referenciados na revolução cubana, mas também na revolução nicaraguense, era maior do que pensávamos. Não se tratava apenas de gente com origem em organizações de esquerda ou intelectuais marxistas, mas de gente que disputava posições em função de uma idéia de revolução. Foi ficando claro que grande parte da vanguarda operária passava por uma evolução bastante significativa, combinando de forma bastante original, classismo e castrismo, ou mais exatamente: classismo e identificação com as experiências revolucionárias centro-americanas.

Nesta época fomos ampliando a nossa participação em instâncias executivas de direção do PT, o que facilitou um maior conhecimento dos vários setores que compunham a corrente majoritária.

Além disso, nos anos 80 a IV Internacional modificou bastante algumas das suas concepções. Passou a dar mais peso à idéia de um processo de recomposição do movimento

Desde o início do PT trabalhamos com a idéia de que nosso caminho seria construir o PT como partido revolucionário de massas.



MILKO DIKOV

revolucionário mundial, do qual os "marxistas-revolucionários" ("trotskistas") seriam apenas um setor, e gradativamente foi reduzindo o emprego da categoria de "centristas" como designação geral de quase todos os marxistas não trotskistas (o Congresso de 1985 foi um marco nesta evolução). Esta evolução da IV também contribuiu para alterar nossas avaliações. Particularmente sugestivas foram as discussões sobre a esquerda latino-americana, realizadas com o intercâmbio com as seções latino-americanas, que estimularam nossa ampliação do conceito de "revolucionário". Uma idéia-chave que fomos reforçando, por exemplo, é a de que não tínhamos propriamente um "programa revolucionário" a ser defendido em um momento oportuno (embora sim, identidades programáticas, elementos essenciais fruto de uma reflexão internacional sobre as experiências das revoluções e da luta de classes em geral), mas um programa revolucionário a ser construído em comum com outras correntes.

Estas reavaliações já apareceram nas resoluções do último congresso da DS como organização política, em 1986. Mas se aprofundaram e se consolidaram sobretudo em 1987 e 1988.

Assim, na 1ª Conferência Nacional da tendência DS, em 1988, assumimos algumas definições novas que mudaram bastante nossa visão do momento da construção do PT e do papel da DS.

Por exemplo, constatamos que o PT "avançou nas suas definições políticas; manteve e aprofundou a independência política de classe que foi a marca essencial de sua formação; desempenhou um papel decisivo na formação da CUT, que vem materializando o esforço do proletariado para conquistar a independência de classe também no plano sindical; constituiu-se na grande alternativa de esquerda do país, contraposta à Nova República. Em 1986/7, o PT reforçou sua definição socialista e começou a adotar posições mais estratégicas. Aprovou (no 5º Encontro) resoluções sobre o socialismo, o movimento sindical e a política de alianças e o esboço estratégico que foi chamado de "democrático e popular" que se colocam, apesar de ambiguidades, no "campo da revolução" (A Construção do PT como Partido Revolucionário, Caderno Democracia Socialista, p.29). Além disso, destacamos "o aprofundamento da ligação do partido com as revoluções da América Central, o que reforça o sentimento e a identificação revolucionária da nossa militância" e que "vem ficando claro que a maioria das correntes internas do PT têm um caráter revolucionário, inclusive a maioria da própria corrente majoritária".

Por uma recomposição na direção para construir o PT como partido revolucionário

Apesar disto, preferimos não caracterizar o PT como "partido revolucionário já" ou, como chegamos a discutir, "partido revolucionário em construção", principalmente devido à constatação dos enormes problemas de funcionamento do partido e da sua relação pouco subversiva com as instituições (naquele momento, tratava-se fundamentalmente da atuação parlamentar). Sobretudo avaliamos que havia "a ausência de uma direção partidária com um projeto de construção e uma composição de forças que represente o potencial revolucionário do partido" (mesmo texto, p.30).

No lugar de já considerar o PT como partido revolucionário, preferimos dizer que a luta para a sua construção como partido revolucionário se concentrava em três questões:

"- a clareza na definição do papel subordinado da luta institucional diante da luta de massas, e na questão correlata da necessidade de uma ruptura revolucionária e da destruição do Estado burguês;

"- a organização de um partido militante, de combate, organizado no interior da classe operária e das camadas populares;

"- a formação de uma direção que unifique o conjunto dos setores revolucionários do partido, com um projeto de construção do PT como partido revolucionário." (p.31).

Coerentes com estas mudanças de definição, passamos também a entender a DS como tendência do PT e não mais como organização política no interior do PT (o que refletia também a formalização do direito de tendência a partir do 5º Encontro).

E a consequência mais clara de toda esta reavaliação foi de que passaria a predominar no PT um debate mais estratégico, e que deveríamos colocar para discussão no partido todas as nossas posições: disputar a visão programática de conjunto, num trabalho de elaboração política em conjunto com outros setores.

O novo quadro da luta de classes a partir de 1990

Esta visão de construção do PT se sustenta hoje, depois do 1º Congresso ?

Ocorreram duas mudanças de fundo no quadro geral desde 1988. A primeira foi o crescimento do PT, ganhando muitas eleições municipais e se colocando como alternativa de governo muito antes do que em geral se pensava. É evidente que a experiência de muitas gestões municipais e do quase governo federal em 1989 teria de mexer com a nossa cabeça. Aumentou a nossa auto-confiança, mas também a pressão do Estado (burguês) sobre nós.

A segunda foi o desmoronamento dos regimes burocráticos que compunham o que se chamava de "campo socialista", seguido por um curso no Leste europeu e na URSS em que a dinâmica básica tem sido de restauração capitalista. Este processo abalou as referências de muita gente (inclusive de muita gente de esquerda no PT) e mexeu também com a cabeça de todos nós. Embora a visão da IV Internacional possa ser avaliada como mais próxima da realidade do que outras, também não correspondeu em muitos aspectos. Foi evidenciada a necessidade de repensar muita coisa que fazia parte dos nossos pilares programáticos, de pensar o socialismo de maneira nova, de "reinventá-lo". A questão é como fazê-lo de um ponto de vista revolucionário. Além disso, a derrota eleitoral sandinista no início de 1990 (e as reformulações políticas que os sandinistas e outros fizeram a partir daí, com muitos passando a questionar a possibilidade de novas revoluções anti-imperialistas) tornou a questão da revolução na América Latina bastante mais complicada.

Criou-se uma situação internacional de iniciativa do imperialismo e da sua ideologia atual, o neoliberalismo, que chegou ao seu ponto máximo logo após a vitória de Bush e seus aliados na guerra do Golfo. A esquerda ficou acuada. Mais recentemente têm se multiplicado sinais de crise no neoliberalismo - por exemplo nas suas expressões latino-americanas, como na Venezuela e no Peru, e nos próprios centros imperialistas, com a revolta de Los Angeles e as greves na Alemanha - e vai ficando mais claro que as tentativas de restauração capitalista estão piorando a situação no Leste europeu; a ofensiva ideológico-política imperialista-neoliberal já não está tão forte.

Foram estas duas mudanças (o crescimento do PT e das suas responsabilidades e possibilidades, e a nova situação mundial, especialmente a crise do Leste) que deram o tom no processo preparatório e nos debates do próprio 1º Congresso, e inclusive nas disputas de interpretação e orientação posteriores.

Além disso, os efeitos da crise econômica prolongada no Brasil, a maior dificuldade das lutas reivindicativas, em alguns casos a redução do número absoluto de trabalhadores retiraram boa parte do impulso espontâneo para o desenvolvimento de um partido classista que tinha nos beneficiado desde o fim da década de 70. Por outro lado, a crise do capitalismo dependente brasileiro também reduz muito o espaço para alternativas reformistas.

Um novo período para a construção do PT

Em que isto mudou o quadro de construção do PT ?

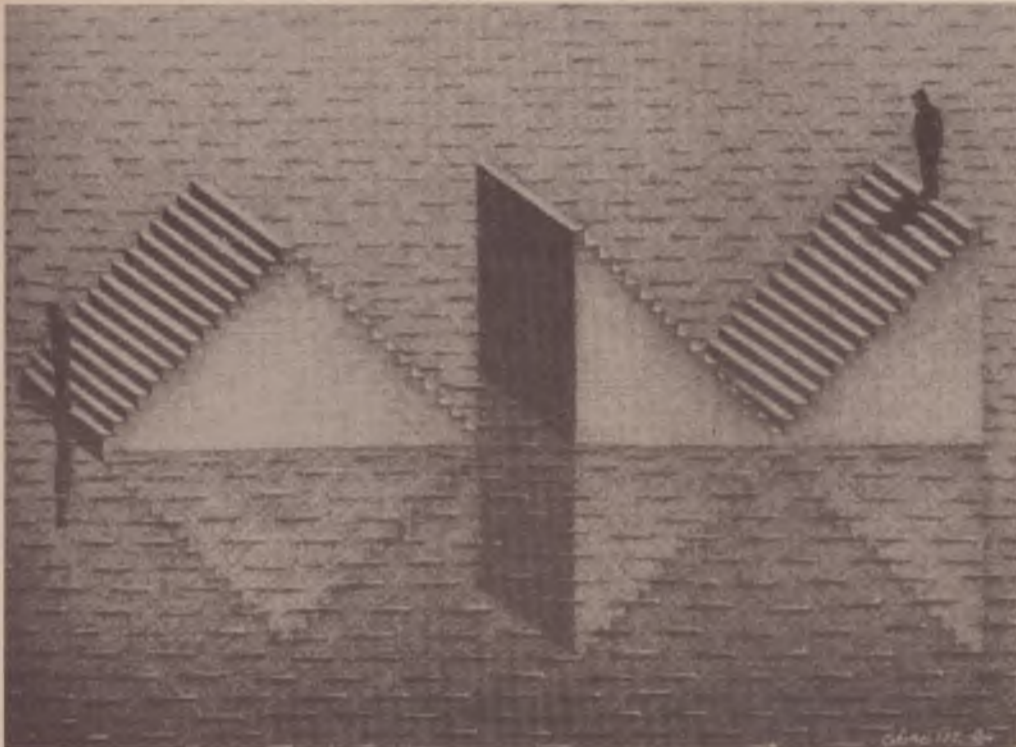
Uma questão que foi mais longe do que imaginávamos é que passaram a ter muito mais importância debates de natureza estratégica e, mais do que isto, programática, de identidade política. Fica, é claro, reforçada a necessidade de colocarmos em discussão no PT todas as nossas posições. Além disso, caiu um dos principais elementos de diferenciação que tínhamos com outros setores de esquerda: a visão "campista" que adotavam. Muitos companheiros superaram o "campismo" e caminharam para a esquerda, pelo menos no sentido de reforçarem a defesa ideológica do socialismo numa hora em que isto está à contra-corrente (especialmente parte



SVETOSLAV JONAKIEV

Constatamos que o PT "avançou nas suas definições políticas; manteve e aprofundou a independência política de classe que foi a marca essencial de sua formação."

Em 1986/7, o PT reforçou sua definição socialista e começou a adotar posições mais estratégicas.



DOGAN EKSIÖGLÜ

Coerentes com estas mudanças de definição, passamos também a entender a DS como tendência do PT.

dos companheiros da Articulação). A possibilidade de defendermos posições junto com eles ficou muito facilitada. Isto se refletiu em que as resoluções sobre o socialismo aprovadas no 7º Encontro e no 1º Congresso foram, do nosso ponto de vista, progressos com relação às posições anteriores do PT.

Mas por outro lado, como já assinalamos mais de uma vez, houve uma evolução de muitos companheiros em direção a posições reformistas, social-democratizantes, e que pela primeira vez formam no PT um pólo capaz de fazer uma disputa de conjunto. Este é o sentido essencial da formação do "Projeto para o Brasil", que tem suas posições compartilhadas por setores da Articulação.

Esta polarização está se refletindo cada vez mais no interior da Articulação. Nunca houve tanta divisão interna nesta corrente como na preparação do 1º Congresso; muitos setores jogaram inclusive com a idéia do fim da Articulação (como por exemplo ocorreria na versão da "nova hegemonia" reunindo a Nova Esquerda, a Vertente Socialista e a Articulação - na verdade, setores destas três correntes). Esta polarização está se mantendo e aprofundando, às vezes até com lances de divisão da Articulação em chapas diferentes.

O fato é que hoje dificilmente se pode dizer que existe uma "corrente majoritária" no PT: embora na maioria das vezes se unifique em chapas, do ponto de vista das orientações estratégicas a Articulação já está dividida.

Se comparamos a situação criada por estas mudanças com o quadro tal como analisávamos em 1988, podemos dizer que ao mesmo tempo há maiores possibilidades de avanço para o partido e riscos muito maiores.

Há maiores possibilidades de aprovarmos textos melhores, por exemplo sobre o socialismo, com críticas mais claras às concepções burocráticas, como ocorreu no 7º Encontro e no 1º Congresso. E há também mais possibilidades de construção de novas direções, que expressem em novas bases o projeto de construção do PT como partido revolucionário, e inclusive com uma participação da nossa tendência com maior peso, a partir de novas composições políticas, com alianças de setores de esquerda que incluem a Articulação ou parte dela. Assim, nos recentes Encontros Municipais e Estaduais formaram-se várias direções mais voltadas de forma unitária para a construção do PT como partido revolucionário do que as anteriores. Em estados onde já havia um funcionamento mais coletivo e mais à esquerda das direções, esta tendência se manteve. No tema-chave da construção de uma nova direção para o PT, as possibilidades hoje são melhores do que em 1988.

A maior limitação a isto hoje está na CUT, na qual prevalece de forma quase absoluta um bloqueamento Articulação Sindical x outros setores, e sem que sejam visíveis na Articulação Sindical os avanços que têm se dado na Articulação petista ou em setores dela (só no sindicalismo rural percebem-se posições políticas diferenciadas). O conjunto do sindicalismo cutista tem de enfrentar ainda a pressão burocratizante das máquinas sindicais; estas estimulam uma dinâmica em que a lógica da

disputa de aparelhos pesa mais do que posições políticas. Naturalmente a dificuldade de formar para a CUT novas direções, que funcionem de forma mais unitária, prejudica muito as possibilidades de trabalho das novas direções do PT.

Além disto, o partido tem vivido há alguns anos uma verdadeira crise da direção nacional: tanto o DN como a GEN têm um funcionamento cada vez mais precário e distante das necessidades de um partido que quer ser um dirigente político.

Um projeto de negar as bases do PT

Mas o PT enfrenta também maiores riscos, a partir da existência de um setor que busca reorientar seu projeto de forma global, com uma posição mais reformista do que houve em qualquer outra época no PT. Este setor (a tendência "Projeto para o Brasil" e a parte da Articulação que é próxima a ela) tem peso no "PT orgânico", mas sobretudo nas representações públicas do partido, e é a partir delas que tem colocado suas visões na disputa. Esta utilização do método de "disputa na sociedade" enfraquece sistematicamente a capacidade de deliberação do PT a partir de sua democracia interna e favorece a pressão sobre as posições do PT da grande imprensa e das instituições do Estado.

Assim, apesar dos avanços registrados nas posições de parcelas importantes dos quadros do partido e nos textos aprovados, o "PT prático" está hoje pior. A capacidade de centralização política do partido e de democracia são comprometidas pelo desenvolvimento de centros autônomos de poder, a partir das administrações municipais, das representações parlamentares e dos aparelhos sindicais. Continua a haver pouca estruturação na base, e os filiados parecem ter cada vez menos condições de influir nas decisões nacionais. A direção nacional, por sua vez, tem enormes dificuldades para funcionar.

Há progressos na área da formação política, ou da imprensa (o início titubeante do "Brasil Agora", a consolidação de diversos boletins internos estaduais, a continuidade da revista Teoria e Debate), mas são muito pequenos diante das necessidades. E se em 1988 apontávamos para o problema de que nossa participação na institucionalidade era "pouco subversiva", nisto hoje estamos muito pior. Recuamos em geral nas pretensões sobre o que seria possível nas administrações municipais, e mesmo assim há muitos conflitos entre os petistas das prefeituras e o conjunto do partido.

E como consequência do desenvolvimento dos centros autônomos de poder e da utilização crescente do método de "disputar na sociedade" tem aumentado a distância entre as posições aprovadas pelo PT, o "PT orgânico", e o que é tornado público por muitos dos nossos porta-vozes. Refletindo as maiores diferenças políticas existentes, as discussões entre petistas têm se tornado mais acirradas, menos fraternas.

Crise de hegemonia e disputa de direção

Há um quadro complexo em que tanto seria incorreto privilegiar os melhores textos aprovados e outros avanços e falar de uma situação globalmente mais favorável, quanto tomar como base os maiores problemas e falar em evolução globalmente negativa do PT.

O mais correto parece que é dizer que entramos, desde 1990, em um novo período da vida do PT, marcado por uma crise de hegemonia e por uma disputa de rumos. Antes o predomínio da Articulação definia "uma hegemonia de centro-esquerda", vaga e ampla. Agora a Articulação não tem mais condições de cumprir este papel, porque passou e ainda está passando por uma grande reorientação política, que abalou profundamente a combinação de classismo e castrismo que predominava nela.

Agora, a hegemonia no PT começa a ser disputada por uma confluência de setores mais ou menos reformistas - o Projeto para o Brasil e parte da Articulação - e por setores de esquerda - parte da Articulação e setores que se agruparam em torno das teses 9 e 10 no 1º Congresso, com um grande peso da DS. Esta disputa se dá tanto no interior do "PT orgânico", nas suas estruturas orgânicas, quanto na influência social do PT, uma coisa repercutindo sobre a outra.

É no quadro das mudanças na luta de classes internacional e nacional e da evolução recente do PT orgânico e de sua base social que temos de definir hoje a política de construção do PT, o papel da DS e sua relação com militantes e setores que têm uma posição semelhante. □

João Machado é da Comissão Executiva Nacional do PT

Mínimo de 30 %: desbloqueando o Poder

Tatau Godinho

O PT completou neste mês de junho a renovação das direções partidárias após o 1º Congresso. Com a lamentável exceção da Direção Nacional, que só será renovada em 1993, em função do adiamento do Encontro Nacional, todas as instâncias de direção do PT já deveriam ter um mínimo de 30% de mulheres. Afinal de contas, a cota mínima de 30% de mulheres foi o único ponto de construção partidária efetivamente discutido e aprovado pelos delegados e delegadas presentes ao Congresso do PT no ano passado.

Ainda é difícil fazer um balanço geral da aplicação da resolução do Congresso. Em primeiro lugar, as informações sobre as direções eleitas chegam muito lentamente à Direção Nacional. Além disso, não há um acompanhamento detalhado da direção sobre a aplicação ou não das cotas, o que torna a dificuldade de informações ainda maior. E não há como negar que o processo de eleição de direções aprovado pelo PT se tornou de tal forma complexo que, de fato, para se chegar à composição final é necessário passar por um número infundável de operações aritméticas.

No entanto, seria falso dizer que este foi o problema maior para que as direções do PT cumprissem a exigência da presença das mulheres.

Sem dúvida o momento da aplicação das cotas é o teste prático do apoio a uma política efetiva de desbloquear os espaços de poder à participação das mulheres. É nesse momento que aparecem as contradições concretas e os empecilhos criados para se alterar a relação de poder que estabelece a exclusão das mulheres dos espaços de poder político.

Seminário Internacional

No final de abril e início de maio a Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT organizou uma série de seminários que buscaram aprofundar as experiências e contradições da aplicação de uma política de cotas. Estes seminários e debates, realizados com o apoio do ILDES (Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Social), feitos no Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul discutiram a experiência do Partido Democrático da Esquerda, da Itália, do Partido Social Democrata alemão e do Partido Comunista do Uruguai. Os seminários buscaram levantar de forma bastante sistemática as diferentes áreas de problemas e resistências à implantação de uma política de cotas nos partidos. Os debates destes seminários, que tiveram o objetivo de nos preparar, como petistas, a partir das experiências internacionais, para esse nosso primeiro desafio de aplicação das cotas, reuniram os problemas em blocos temáticos.

O primeiro bloco está relacionado à situação geral do partido, em particular o acúmulo político em relação ao feminismo e à própria organização das mulheres. As propostas de superação do problema exigem, fundamentalmente, que o feminismo, as diferentes questões relacionadas à libertação das mulheres, comecem a fazer parte da formação política e da comunicação mais cotidianas do PT.

Além disso, a organização das mulheres dentro do PT é ainda insuficiente, embora tenha avançado bastante nos últimos dois anos. O nível de organização nos Estados é bastante desigual e faz falta um veículo de comunicação mais permanente que amplie o raio do debate hoje existente no partido.

Um segundo bloco de problemas se relaciona à regulamentação da cota, dentro das mudanças nos mecanismos de eleição das direções aprovadas pelo PT. Aí o seminário destacou a complexidade da fórmula atual de composição das direções do PT. Uma direção eleita de forma extremamente fragmentada e federativa, torna ainda mais difícil compor a presença das mulheres e amplia repetidamente a disputa pelo cumprimento da regulamentação. Esse processo também possibilita que seja levantado como oposição o cumprimento da proporcionalidade ou da cota. Este é, aliás, um dos jogos de disputa de poder mais usados para desqualificar a entrada das

mulheres nos organismos de direção.

A maioria dos obstáculos é encontrada exatamente no terceiro bloco, que reúne os mecanismos de resistência dos homens à aplicação das cotas. Aí encontramos desde a tentativa de desqualificar politicamente a participação das mulheres, passando pela tentativa de empurrar para outro lado a responsabilidade de indicar mulheres (para outra chapa, para outra força, para outra área ou região etc), até a pressão para que as mulheres não aceitem entrar.

Na verdade, o argumento muitas vezes levantado de que não há mulheres disponíveis ou capacitadas para compor as direções partidárias, é a tentativa de esconder a disputa entre os homens para definir quem sairá ou deixará de entrar na direção. Afinal de contas, até o ano passado eles tinham uma "cota" que ficava ente 90 e 95% dos cargos de direção. A presença das mulheres forçou a quebra do monopólio. E é impressionante a reação masculina a esta perda (veja abaixo uma síntese do levantamento feito pelo seminário, um levantamento bastante útil neste momento em que esta discussão será feita também na Plenária Nacional da CUT).

Mas é inegável que o impacto político e organizativo sobre o PT já se faz sentir. Embora ainda não tenhamos as direções já totalmente adaptadas à cota mínima de 30% de mulheres, a necessidade e a importância da participação política das mulheres já se coloca hoje para o PT de forma mais coletiva. A militância e as direções tiveram e têm que responder permanentemente a esta necessidade. O que muitas vezes fizeram de forma positiva. A consolidação desta política, entretanto, continua a exigir um trabalho sistemático de rompimento com o padrão de militância política que considera as mulheres fora dos espaços de poder.

Mecanismos de resistência

Aqui o resumo de um dos blocos da discussão feito no Seminário sobre Cotas com participação internacional, organizado pela Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT.

Os homens resistem e têm medo de dividir ou perder o poder e não querem abrir mão de seus privilégios. E além disso, superestimam seu papel de elaboração e direção política. Para justificar essa atitude, alguns dos argumentos mais comuns são:

- Que as mulheres não têm capacitação e formação política.
- Que as mulheres não têm capacidade política para estar nas direções.
- Que as mulheres são muito emocionais.
- Buscam responsabilizar as mulheres pelo cumprimento das cotas
- Que o espaço político tem que ser conquistado e não dado.
- Que é uma medida artificial que não impulsiona a organização das mulheres.
- Ridicularizam a proposta através de piadas.

Mas a disputa não se restringe ao debate. Vale a pena citar algumas atitudes que procuram criar impasses para a aplicação das cotas:

- a) Pressionam as mulheres para que não entrem na direção. Muitas vezes levando as mulheres a pensar que só vão ocupar lugar nas direções pela cota.
- b) Procuram contrapor a cota à proporcionalidade, uma conquista bastante valorizada pelo PT.
- c) Buscam desqualificar as mulheres colocando-as em listas à parte: como se as mulheres fossem seres sem posição política.
- d) E, finalmente, se isso ainda não é suficiente, é possível, como aconteceu em alguns casos de encontros do PT, que a chapa prefira não entrar na direção a ter que colocar uma mulher.

Tatau Godinho faz parte da Comissão Dirigente do PT - SP.

Até o ano, passado os homens tinham uma "cota" que ficava entre 90 e 95% dos cargos de direção.



Criatividade metalúrgica

Isaac Akcelrud

Encarando serenamente a experiência vivida, a liderança operária e popular de Volta Redonda verifica que toda a cidade - não somente seu rijo cerne metalúrgico - vive uma situação de cidadela sob ameaça e pressão constante, desde a eleição presidencial. Nada menos do que quatro quintos - 80% do eleitorado da Cidade do Aço - votaram contra Collor. O resto é a resposta miúda e mesquinha da mediocridade, da incompetência e da corrupção, como já dá para ver claramente hoje em dia.

Não é só o Sindicato dos Metalúrgicos, mas toda a cidade o alvo do ataque constante, explica o presidente Vagner Barcelos. A privatização de Volta Redonda é altamente lesiva ao interesse nacional como um todo. Mas aqui em Volta Redonda, isto é sentido de modo mais direto e agudo do que em relação a qualquer outra empresa estatal, em qualquer outro ponto do país. É um ataque direto não só aos trabalhadores, mas a toda a população, devido às características muito especiais de Volta Redonda.

Observa-se a olho nu, assinala Vanderlei Barcelos, outro diretor do Sindicato, que a direita realiza um ataque concêntrico destinado a mudar a imagem de Volta Redonda. De centro tecnológico de trabalho produtivo e cidade matriz da indústria siderúrgica brasileira, passamos a ser um centro de narcotráfico, de extermínio de menores e de desemprego: um caos. Com muita antecipação, atribuíram a Volta Redonda todas as mazelas e crimes que sinalizam a atual crise do Brasil espezinhado por Collor.

Saúva anti-sindical

Em Volta Redonda, cidade precursora e anunciadora do Brasil que vem aí, ganha a batalha quem ganhar o Sindicato dos Metalúrgicos. Pela única e simples razão de que os trabalhadores da usina estão convencidos, pelo que viram e aprenderam, de que o Sindicato é sua casa, sua arma, sua bandeira. Sem o Sindicato, os metalúrgicos de Volta Redonda estariam na orfandade. Então, claro, a direita assassina

desembestou contra o Sindicato. Aparentemente, o "formigueiro" - eles mesmos escolheram esse apelido que já vai sendo aprimorado para "saúva" - obteve um êxito: numa diretoria de 23 membros, conseguiram aliciar um grupo de nove diretores para negociar um acordo em separado com a diretoria. Os 14 restantes, permaneceram fiéis à CUT, por lealdade aos metalúrgicos.

Denunciados perante uma assembléia de 6.000 trabalhadores, foram desautorizados e não podem mais falar em nome do Sindicato. Ao mesmo tempo foram renovadas e reforçadas as credenciais dos 14 da CUT. Assim a democracia operária puniu o uso infiel da autoridade outorgada pelo voto. Mas a empresa continua negociando com seus homens de palha, tentando uma aparência de representação política. Esta é a biografia da saúva.

Prática e Gramática

Nesse contexto, a eleição da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos tornou-se crucial. A urna sindical será um pulmão para toda a cidade. É uma responsabilidade enorme para o movimento operário e uma sobrecarga para o Sindicato. A experiência vivida, mais uma vez, tem expressão nacional, como testemunha a participação ativa de líderes sindicais das principais concentrações do país, como Vicentinho, que representava Menegueli e foi ocasionalmente derrotado na primeira refrega pela coligação encabeçada pela CUT pela Base.

As principais táticas em choque foram duas. A primeira, explorava as inevitáveis e naturais diferenças de opinião, cristalizando intransigentes contradições. A outra, aceitava a diversidade de opiniões como ponto de partida, pois o trabalhador não é rebanho. Somente então procura-se um consenso através do debate fraternal e argumentado, tendo o voto dos trabalhadores como árbitro final. Numa palavra: a convenção democrática cuja decisão obriga igualmente a todos.

Esta opção pela consulta democrática à assembléia operária se apresentava, diz Vagner Barcelos, muito mais como necessidade prática imediata do que adesão a um princípio teórico e abstrato. Mais vale a prática do que a gramática. Os trabalhadores têm o direito sagrado à última palavra sobre o time para os próximos três anos. Contra as saúvas do "formigueiro", isto é, contra a diretoria do preposto Procópio; contra a privatização, ou seja, contra Collor.

Tudo isso foi motivo de campanha educativa e formadora. O jornal diário do Sindicato, "9 de Novembro", entre outros textos, publicou uma coluna da qual destacamos:

1) Pensar diferente não é o problema. Só existe problema quando, de alguém pensar diferente, cada um começa a fazer o que dá na cabeça. É igual na campanha salarial. Quando ela começa, cada um começa a dizer que acha importante isto ou aquilo. Não tem problema. Fazemos uma assembléia e decidimos nossa pauta de reivindicações única, de toda a categoria. A chapa da CUT vai ser assim. A Convenção é uma "Assembléia" onde os trabalhadores sindicalizados vão participar e votar na idéia que acharem melhor. Não tem racha coisa nenhuma. Decidiu-se... todo o mundo acata.

2) Vagner é o presidente atual e o Estatuto garante que pode ser presidente por mais um mandato. Bartolomeu se apresenta como candidato. A Convenção vai decidir. Vamos fazer uma avaliação e decidir juntos. A escolha de cada um vai levar em consideração que, para enfrentar Procópio e a direita, vamos colocar em campo os nossos melhores jogadores e o capitão da equipe tem que impor respeito. O capitão da nossa equipe tem que ser o melhor jogador, que impõe respeito ao adversário. Você participa. Você decide.

Importância nacional

Participaram pouco menos de mil trabalhadores na escolha da chapa da CUT, estrategicamente denominada "Chapa do Sindicato". Vagner analisa o grande comparecimento:

- Reunir mil pessoas, num domingo, não para discutir nenhum abono, nem aumento de salário, nenhuma reivindicação imediata, é algo que fala por si. Foi uma forte demonstração de interesse pelos destinos do Sindicato, dedicação à luta dos metalúrgicos, assim como um bom termômetro mostra sem demora a temperatura de uma pessoa. Os trabalhadores amadurecem.

- Havia os pessimistas - acrescenta - que admitiam a "fatalidade" de mais uma eleição sindical com mais uma chapa da CUT. Foi bom que o Vicentinho tivesse vivido essa experiência. Ele verificou, ao vivo, nosso ponto de vista sobre a necessidade de convenções da CUT para cada eleição sindical, previstas nos estatutos. Normalmente. Sem a necessidade de maiores campanhas para o óbvio.

A chapa encabeçada por Vagner Barcelos e formada pelo PT (CUT pela Base) e PC do B obteve 60,4% dos votos. A outra chapa formada por gente do PT (Articulação) e PDT chegou aos 39,6%. A Causa Operária ficou num aristocrático isolamento. A chapa da CUT está formada na base da proporcionalidade e deverá impor contundente derrota aos pelegos. □

**Volta Redonda:
iniciativa de
significação
nacional.**

Vagner: na luta contra as 'saúvas' anti-sindicais



CARLOS A. CALDEIRA

A criminalização do movimento de massas

Ítalo Cardoso

As recentes prisões e condenações de trabalhadores do campo e da cidade por envolvimento em greves e ocupações e o ataque do judiciário às entidades sindicais representam a brutalidade e o caráter anti-operário e anti-popular do governo Collor e do projeto neoliberal.

O ataque frontal ao movimento operário é um dos pilares da política neoliberal: não apenas no Brasil e na América Latina, mas também nos países industrializados. A ofensiva contra conquistas de direitos sindicais acumuladas ao longo de décadas é um dos caminhos escolhidos para quebrar a resistência dos trabalhadores contra as políticas econômicas que geram arrocho salarial e desemprego. Na Espanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos estão em pauta a modificação da legislação sobre o direito de greve, no sentido de restringi-lo.

No Brasil, a política de criminalização do movimento sindical e dos sem-terra busca ao mesmo tempo intimidá-los e isolá-los. Tenta também construir uma jurisprudência para uma futura legislação de greve mais autoritária do que a vigente.

Aos inimigos, a lei (da força)

Enquanto vigora a impunidade para os assassinos de trabalhadores no campo e seus mandantes grileiros e latifundiários, colonos gaúchos foram condenados em junho, sem quaisquer provas, por uma alegada "participação" na morte de um soldado da Brigada Militar ocorrida por ocasião de brutal ação repressiva contra manifestação dos sem-terra em Porto Alegre, em 8 de agosto de 1990. A maioria dos jurados entendeu que nenhum dos acusados cometeu qualquer ato executório ou de co-autoria do crime; o júri considerou, no entanto que os acusados "de algum modo concorreram para a realização do crime", sem qualquer explicação sobre como cada um deles teria se envolvido no incidente. Se fosse válida a interpretação do júri, poderiam ser responsabilizados todos os participantes da manifestação dos colonos na Praça da Matriz, bem como os integrantes da Brigada Militar que entrou em conflito com eles, o Comandante da Brigada e o próprio Governador do Estado.

A condenação faz uma inversão ao jogar sobre o movimento dos sem-terra a responsabilidade pela violência dos conflitos no campo, isentando dessa responsabilidade latifundiários e governantes, contrapondo simbolicamente a morte do soldado aos milhares de assassinatos de trabalhadores rurais jamais julgados.

As prisões e os processos que se seguiram à violenta desocupação do terreno da Vila Socialista, em Diadema, no final de 1990, marcaram o novo patamar de tratamento policial e jurídico das ocupações de terras urbanas em São Paulo. Foram 40 pessoas presas, dentre elas, 4 vereadores. Os vereadores Romildo e Boni permaneceram mais de 100 dias na cadeia e Antonio Rodrigues e João Teixeira no primeiro momento foram soltos mediante fiança. No entanto foram presos pela segunda vez com invasão policial da Câmara Municipal de Diadema.

Também é marcante a condenação a um ano de reclusão - para "reprovar e educar" - de quatro sindicalistas acusados de invadirem as dependências da Cia. Siderúrgica Pains, em Divinópolis, Minas Gerais. A acusação se reduz à inexistência de permissão formalizada para o ingresso dos sindicalistas no pátio da empresa, onde pretendiam realizar uma assembléia. O caráter político do julgamento é explícito no texto da condenação quando alega que os sindicalistas "articulavam uma greve. A época era a do início do governo Collor, quando tudo se fazia para torpedear a administração do país". A pretexto de se condenar a greve, é condenada a suposta "invasão" da fábrica por quatro sindicalistas e sua alegada intenção de paralisar o trabalho, como se a paralisação pudesse resultar simplesmente de sua presença no pátio da empresa. Contra o direito constitucional da greve, usa-se o direito constitucional à propriedade.

Condenações no setor público

A responsabilização dos trabalhadores e de suas entidades pelo funcionamento dos serviços públicos é uma outra vertente de ataque ao movimento sindical pela via judicial. Recentemente, o Sindicato dos Condutores de Campinas foi condenado a custear quatro dias de transporte urbano a toda a população, num valor calculado em 3 bilhões de cruzeiros, em virtude de greve ocorrida há dois anos. O Sindicato dos Condutores de São Paulo está sendo, nesse momento, alvo de uma ação semelhante, de responsabilização civil pelos supostos danos causados à população pela greve de nove dias, em maio desse ano.

Além dessa ação civil que visa desmoralizar e destruir materialmente a entidade, há um conjunto de militantes e dirigentes sofrendo vários tipos de processos. Seis trabalhadores permaneceram presos por vinte e três dias, foram soltos mediante concessão de habeas corpus e estão sendo processados por enquadramento no artigo 265 do Código Penal, que

trata de "atentado à segurança ou ao funcionamento de serviço de água, luz, força ou calor, ou qualquer outro de utilidade pública". Contra eles não há flagrante, nem provas. Mas o uso do artigo 265 - diferente de outros que tratam explicitamente do funcionamento do transporte - revela a intenção de uma punição severa - 1 a 5 anos de reclusão - e denuncia mais repressão às greves nos serviços públicos. Todos esses ataques não podem ser entendidos apenas como resultado da fúria repressiva da classe dominante,

unificada em torno do projeto neoliberal. Essa ação é largamente facilitada pelo refluxo do movimento operário e pela tendência ao isolamento dos setores que entram em confronto com a política econômica implementada. Essa tendência é agravada pela ofensiva ideológica que tenta responsabilizar os movimentos "contra a ordem" pela "desordem" econômica e política.

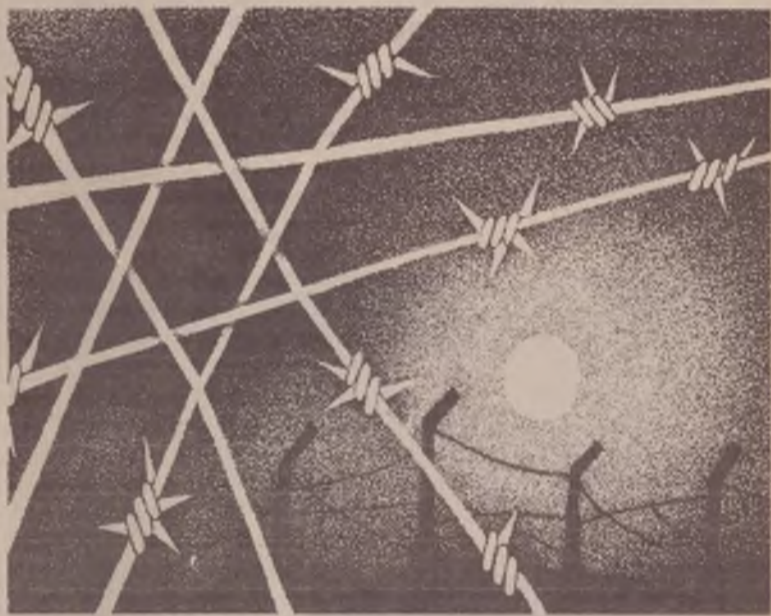
Legitimidade da luta e a luta pela legitimidade

No campo do movimento operário e popular a resposta a essa ofensiva é ainda inicial e compartimentalizada; a construção da solidariedade e de uma resposta unificada à repressão é um dos elementos necessários à modificação das condições de luta no país.

Existe também uma discussão colocada na CUT e no PT sobre os métodos de luta utilizados, não só nos casos dos serviços essenciais (como o atendimento à saúde nos casos de urgência), mas o da busca permanente da legitimação dos movimentos frente ao conjunto dos trabalhadores (como por exemplo, o anúncio aos usuários de que haverá greve nos bancos).

Trata-se de compreender que as formas de ação podem variar de acordo com a relação de forças, dos objetivos do movimento, da capacidade de coesionar outros setores sociais. Ou seja, a legitimidade de uma ação sindical ou política não é dada por acordos ou mesmo por regras estabelecidas que se pretendam válidas para qualquer momento. Não se pode construir camisas-de-força para o movimento operário que o limitem às regras da legalidade e da ordem vigente. □

Ítalo Cardoso é vereador do PT - São Paulo.



VITKO BOJANOV

A criminalização do movimento tenta criar bases para uma futura legislação ainda mais restritiva.

Apesar dos pesares

Eduardo Galeano

A América Latina já não é uma ameaça. Portanto, deixou de existir. Raras vezes as fábricas universais de opinião pública se dignaram deitar-nos alguma olhada. E, no entanto, Cuba que também não ameaça ninguém, é ainda uma obsessão universal. Não lhe perdoam que continue, maltratada, mas que continue. Esta ilha está submetida a um feroz estado de sítio, condenada ao extermínio pela fome, e nega-se a dar o braço a torcer. Pela dignidade nacional? Não, não, explicam-nos os entendidos: por vocação suicida. Com a pá ao alto, os coveiros esperam. Tanta demora irrita-os. No Leste da Europa fizeram um trabalho rápido e total, contratados pelos próprios cadáveres, e agora estão ansiosos por deitar terra sem flores sobre esta perseverante ditadura vermelha que se nega a aceitar o seu destino. Os coveiros já têm preparada a maldição fúnebre. Não para dizer que a revolução cubana morreu de morte matada: para dizer que morreu porque queria morrer.

Entre os mais impacientes, entre os mais furiosos, estão os arrependidos. Ontem confundiam o socialismo com o estalinismo, e hoje têm marcas para apagar, um passado para expiar: as mentiras que disseram, as verdades que calaram. Na nova ordem mundial, os burocratas fazem-se empresários e os censores tornam-se campeões da liberdade de expressão.

Nunca confundi Cuba com o paraíso. Por que vou confundí-la, agora, com o inferno? Sou mais um dos que acreditam que a podemos amar sem mentir nem calar.

O bloqueio do Haiti, anunciado com bumbos em nome da democracia ferida, foi um espetáculo fugaz. Não durou nada. Terminou muito antes do regresso de Aristide. Não podia durar: em democracia ou ditadura, há hoje 50 empresas norte-americanas que exploram até ao tutano essa mão-de-obra baratíssima. Em contrapartida, o bloqueio contra Cuba multiplicou-se ao longo dos anos. Um assunto bilateral? Assim dizem, mas ninguém ignora que o bloqueio norte-americano implica hoje no bloqueio universal. A Cuba nega-se o pão e o sal e tudo o mais. E também implica, mesmo que muitos o ignorem, a negação do direito à auto-

determinação.

O cerco asfíxiante estendido à volta de Cuba é uma forma de intervenção, a mais feroz, a mais eficaz, nos seus assuntos internos. Gera desespero, estimula a repressão, desalenta a liberdade. Bem o sabem os bloqueadores.

Já não há União Soviética. Já não se pode trocar, a preços justos, açúcar por petróleo. Cuba fica condenada ao desamparo. O bloqueio multiplica o canibalismo de um mercado internacional que nada paga e tudo cobra. Encurralada, Cuba aposta no turismo. E corre-se o perigo de que resulte pior o remédio do que a doença.

Cotidiana contradição: os turistas estrangeiros desfrutam de uma ilha dentro da ilha, onde há para eles o que falta para os cubanos. Reabrem-se velhas feridas da memória. Há conflitos populares, conflitos justos, nessa pátria que tinha sido colônia e tinha sido bordel e tinha sido uma baiuca.

Penosa situação, sem dúvida, que, por ser cubana se olha com uma lupa. Mas quem pode atirar a primeira pedra? Não se consideram normais, na América Latina, os privilégios do turista estrangeiro? E, pior, não se considera normal a sistemática guerra contra os pobres, a partir do muro mortal que separa os que têm fome dos que têm medo?

Há privilégios em Cuba? Privilégios do turismo e também, em certa medida, privilégios do poder? Sem dúvida. Mas o fato é que não existe sociedade mais igualitária na América. Reparte-se a pobreza: não há leite, é verdade, mas o leite não falta às crianças e aos velhos. A comida é pouca, e não há sabões, e o bloqueio não explica por arte de magia toda a escassez; mas em plena crise continua a existir escolas e hospitais para todos, o que não é fácil de imaginar num continente onde tantíssima gente não tem outra professora que não seja a rua, nem outra médica que não seja a morte.

A pobreza, reparte-se, digo, e comparte-se: Cuba continua a ser o país mais solidário do mundo. Recentemente, para dar um exemplo, Cuba foi o único país que abriu as portas para haitianos fugidos da fome e da ditadura militar, que em contrapartida foram expulsos dos Estados Unidos.

Tempo de desânimo e de perplexidade, tempo de grandes dúvidas e de pequenas certezas. Mas talvez não seja tão pequena esta certeza: quando nascem de dentro, quando crescem a partir de baixo, os grandes processos de mudança não terminam no seu lado pior.

Nicarágua, por exemplo, que vem de uma década de assombrosa grandeza, poderá esquecer o que aprendeu em matéria de dignidade e justiça e de democracia? Termina o sandinismo em alguns dirigentes que não souberam estar à altura da sua própria tarefa, e ficaram com casas e carros e outros bens públicos? Seguramente que o sandinismo é muito mais do que esses sandinistas que teriam sido capazes de perder a vida na guerra e que em tempo de paz não conseguiram perder as coisas.

A revolução cubana vive uma crescente tensão entre as energias da mudança que contém e as suas petrificadas estruturas de poder. Os jovens, e não só os jovens, exigem mais democracia. Não um modelo imposto de fora, pré-fabricado por aqueles que desprestigiam a democracia usando-a como alibi da injustiça social e humilhação nacional. A expressão real, não formal, da vontade popular, quer encontrar o seu próprio caminho. À cubana. A partir de dentro, a partir de baixo.

Mas a liberdade plena dessas energias de mudança não parece ser possível enquanto Cuba continue submetida ao estado de sítio. A pressão exterior alimenta as piores tendências do poder: as que interpretam todas as contradições como um possível ato de conspiração, e não como a simples prova de que a vida está viva.

Julga-se Cuba como se não estivesse a padecer, desde há mais de trinta anos, uma contínua situação de emergência. Astuto inimigo, sem dúvida, que condena as consequências dos seus próprios atos.

Sou contra a pena de morte. Em qualquer lugar. Também em Cuba. Mas será que se pode repudiar os fuzilamentos em Cuba sem repudiar ao mesmo tempo o cerco que nega a Cuba a liberdade de escolher e obriga o país a viver em suspenso? Sim, pode-se. Ao fim e ao cabo, os que ditam cursos de direitos humanos a Cuba são os mesmos que assobiam e viram a cara para o outro lado quando a pena de morte é aplicada em outros pontos da América. E não é aplicada de vez em quando, mas sistematicamente: grelhando negros nas cadeiras elétricas dos Estados Unidos, massacrando índios nas serras da Guatemala, metralhando crianças nas ruas do Brasil.

E por mais lamentáveis que tenham sido os fuzilamentos em Cuba, porque deixaria de ser admirável a perseverante valentia desta ilha minúscula condenada à solidão, num mundo onde o servilismo é uma virtude ou prova de talento, um mundo onde quem não se vende se aluga? □

Artigo publicado originalmente no Combate nº 154 maio/1992

Nunca confundi Cuba com um paraíso. Por que vou confundí-la agora com um inferno? Sou mais um dos que acreditam que a podemos amar sem mentir nem calar.



GERO HILLIGER

Greve Geral na Espanha

No seu entusiasmo de ocupar um lugar na mesa da Comunidade Econômica Européia o governo espanhol desenvolveu um ataque sem precedentes sobre a classe trabalhadora. Aqui uma entrevista com Joaquín Nieto, membro da Executiva das Comisiones Obreras (CCOO), uma das principais confederações sindicais do Estado Espanhol.

Desde 1991 algumas regiões do Estado Espanhol, em especial, as Astúrias, vem passando por movimentos de resistência à política econômica do governo. As direções das grandes confederações sindicais, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e as Comisiones Obreras (CCOO) convocaram uma greve geral de meio dia, para 28 de maio de 1992. Como foi esse processo?

Existem três elementos que se combinam. Primeiro vem crescendo muito o descontentamento frente à política econômica e social do governo do Partido Socialista (PSOE), cuja credibilidade vem decaindo. Assim como no caso da França, os escândalos de corrupção têm desempenhado um papel importante no crescimento desse descrédito.

O descontentamento tem se expressado num crescimento das mobilizações e na ampliação dos conflitos. Desde o segundo semestre de 1991 passamos por uma série de greves gerais em várias regiões contra a política industrial do governo. Ocorreram mobilizações em Leon e uma greve geral nas Astúrias, na Cartagena e na Galícia, em 2 de abril de 1992. Nesta data, mais de 100 mil trabalhadores pararam.

Há um crescimento muito grande das greves: o número de dias parados em 1991 foi bastante superior ao nível de 1990; enquanto nos primeiros quatro meses de 1992 o número de dias parados é duas ou três vezes maior do que em todo o ano de 1991.

O elemento que no final das contas detonou esse ciclo grevista foi a persistência do governo na sua ofensiva anti-operária, apesar dos protestos. Um programa econômico bastante duro vem sendo preparado de forma que o Estado Espanhol se enquadre nos requisitos do Tratado de Maastricht para que o país se coloque entre os principais da União Monetária e Econômica.

Os planos de "convergência" do governo envolvem um ataque selvagem sobre os desempregados, os trabalhadores e os setores públicos em geral, inclusive com um decreto que reduz drasticamente os benefícios sociais para os desempregados. A mais recente medida anunciada pelo governo se relaciona a restrições ao direito de greve com expectativa de aplastar as expressões de descontentamento. O 28 de maio foi, portanto, um marco decisivo para avançarmos até aquilo que é preciso: uma greve geral no segundo semestre.

No momento, o movimento sindical espanhol está discutindo o Tratado de Maastricht que o governo diz ser a justificativa para as medidas que vem aplicando. Da mesma forma que a Confederação dos Sindicatos Europeus, a CCOO e a UGT expressaram um apoio crítico aos acordos de Maastricht, o que considero um erro. As confederações sindicais também expressaram sua preocupação com a homogeneidade macroeconômica articulada pelo Tratado de Maastricht que não se reflete no nível social. Ao mesmo tempo, criticam o fato que a centralização das decisões econômicas não vem acompanhada por estruturas centralizadas de decisão política. Tais críticas, embora justas, são parciais. Recentemente, no entanto, tem aparecido críticas globais ao projeto europeu, feitas por exemplo, pela Esquerda Unida (uma coalisão dirigida pelo Partido Comunista).

O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) teve que recorrer a medidas excepcionais, que lembram o período de Franco, para garantir a aprovação de seu decreto sobre o desemprego...

Esta medida não foi adotada utilizando-se os canais parlamentares usuais, mas através de um decreto aprovado pelo Conselho de Ministros e publicado no boletim oficial do governo. Não foi discutido no parlamento, nem submetido à opinião dos sindicatos. Esse decreto é um sinal de uma forma bastante autoritária de governar. Aqui no Estado Espanhol somos muito sensíveis a esse tipo de medida que nos lembra a ditadura de Franco que costumava governar por decretos.

Daí o governo tentou dourar a pílula, apresentando um projeto de lei ao parlamento. Seu objetivo era neutralizar qualquer resistência sindical. A greve geral de 14 de dezembro de 1988 foi motivada principalmente pelo protesto contra a proposta de política de emprego que discriminava os jovens que entravam no mercado de trabalho. O governo teve que retirar sua proposta, e nunca mais falou nela. Desta vez, no entanto, o governo tentou legitimar-se através de uma lei aprovada no parlamento, o que tornaria mais difícil a sua suspensão.

Como foi a greve do dia 28 de maio?

O fato de não ter havido uma convocação unificada de greve, prejudicou a mobilização. Nos lugares onde foi convocada a greve de um dia, ela foi total. Onde ela foi parcial, houve paralisação nos centros de trabalho, em particular nas áreas industriais, na construção civil e nos serviços, mas com um impacto menor na vida social, como um todo.

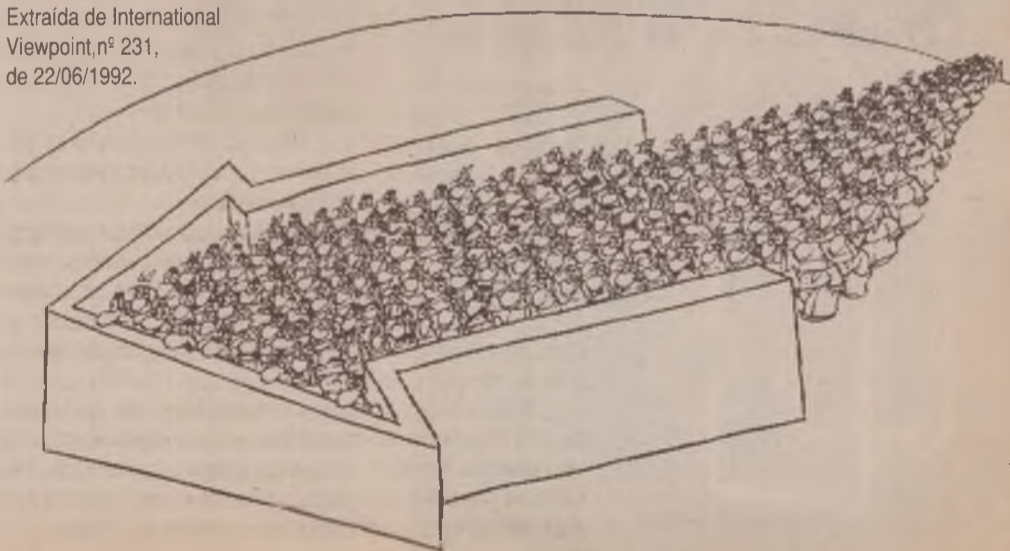
A convocação da paralisação foi diferente em diversos lugares. Em alguns locais, como partes de Euskadi (Estado Basco), nas Ilhas Baleáricas, em Múrcia, na Andaluzia e Gibraltar, houve convocações para greve de um dia. Foi o que ocorreu também em alguns ramos industriais como os mineiros e metalúrgicos, assim como entre os professores, com o apoio das organizações estudantis. No restante, as convocações variaram para greves de 5 a 12 horas. Nesse período o consumo de energia elétrica caiu 68%, o que indica que a produção industrial foi seriamente afetada.

É evidente que se as centrais tivessem convocado para uma greve de 24 horas a dinâmica das mobilizações teria sido muito maior. □

Por ordem de sua majestade

A legislação sobre greve existente no Estado Espanhol, que é bastante restritiva, é baseada em um decreto real de 1977, anterior à atual constituição. No curso de diferentes lutas sociais os sindicatos conseguiram expandir seus direitos, com exceção dos itens relacionados ao que é considerado serviço público essencial que o governo utiliza contra o direito de greve. A lei em tramitação atualmente é inspirada pela legislação franquista do período de 1970 a 1975, sem incluir as penalidades nela contidas. Ela permite a contratação de fura-greves, torna ilegal a greve em alguns setores e dificulta os procedimentos legais para a convocação de uma greve. O nível de funcionamento mínimo dos serviços essenciais deve ser estabelecido pelas autoridades que também tem o direito de ampliar esses limites a seu critério. Finalmente, há toda uma série de punições individuais, inclusive a demissão dos envolvidos em greves consideradas ilegais ou que ignorarem a exigência de manutenção dos serviços essenciais, além de sanções coletivas que podem atingir até mesmo os delegados sindicais ou organismos considerados responsáveis por convocarem greves "ilegais".

Extraída de International Viewpoint, nº 231, de 22/06/1992.



VITKO BOJANOV

O Tratado de Maastricht é a justificativa para os ataques do governo do PSOE contra os trabalhadores

42º Congresso da UNE: vários passos atrás

Darlan Montenegro

O 42º CONUNE, realizado na cidade de Niterói (RJ), entre 28 e 31 de maio, teve um resultado melancólico para os estudantes petistas. A chapa formada em torno da tese "Tudo ao mesmo tempo agora" foi derrotada pela aliança PCdoB-MR8 que, de resto, deu a tônica do Congresso e aprovou todas as suas propostas centrais. O bloco vencedor não propõe nada de novo, no sentido de tirar a UNE do gueto em que se encontra, tanto em relação às grandes questões da política nacional como ao movimento estudantil.

O "Fora Collor" foi a única decisão importante que unificou o voto das diversas forças presentes ao Congresso.

Mas não foi apenas o PT que saiu derrotado do Congresso. As possibilidades da UNE deixar de ser uma entidade onde os estudantes desvinculados de forças políticas partidárias não tem nenhuma forma de participação parecem cada vez mais distantes. E nisso o PT também tem grande responsabilidade. No final das contas, acabamos fazendo muito pouco para mudar essa situação.

O Congresso não inovou em nada. Foi como outros, onde as forças políticas se apresentaram, se confrontaram e realizaram a eleição da nova diretoria proporcional, com direito a cargos para todo mundo. O resultado final foi o seguinte: a chapa PC do B-MR8 e PSDB ficou com 19 cargos (6 na Executiva); a "Tudo ao mesmo tempo agora" (PT-PSB) com 13, (4 na Executiva) e a "Oposição de Esquerda" (Convergência, Causa Operária e PLP) com 4, (1 na Executiva).

"Tudo ao mesmo tempo agora"

O esforço petista na tentativa de apresentar um projeto unificado para o M.E. e uma alternativa para a crise de representatividade da UNE rendeu alguns frutos mais amadurecidos este ano.

No início da formação da tese, em um encontro de estudantes petistas em Curitiba, todas as tendências do partido que atuam no M.E., inclusive a CS, se comprometeram a apoiá-la. Verificou-se mesmo um certo distensionamento entre as diversas forças e um espaço para a construção de um projeto unificado para o Congresso. A saída da Convergência da tese, que se deu após o anúncio da proposta do secretário-geral do partido ao Diretório Nacional, que pedia a exclusão da CS do PT, gerou insatisfação mas não chegou a abalar o clima de unidade que vinha se consolidando. Na verdade, não foi pela falta de uma ação conjunta que perdemos o Congresso.

A atuação petista na última gestão da UNE já tinha deixado muito a desejar. No final da gestão, poucos eram aqueles que estavam engajados na articulação de um movimento nacional. A tese "Tudo ao mesmo tempo agora", não conseguiu ganhar corpo no período que antecedeu o Congresso. O acesso aos debates ficou restrito, em geral, apenas a uma pequena parcela de militantes do partido, quando a intenção era que transcendesse as fronteiras partidárias, ganhando apoio entre os estudantes.

Mas a isso devemos juntar um outro fator: o distensionamento entre as tendências do PT, no M.E., nos leva a um quadro bastante contraditório. Por um lado, é bastante positivo o fato de estarmos conseguindo caminhar para um trabalho unificado. Mas o processo pelo qual passamos, onde as diversas tendências vêm "abrindo mão" de disputar o seu projeto próprio e de apresentar as suas formulações para o conjunto dos estudantes não está tendo a contrapartida da conformação de uma formulação petista mais clara e consolidada. Esse é um processo extremamente difícil e onde devemos investir mais esforços.

Alguns elementos para reflexão

É consensual, no interior do PT, que as gestões em que estivemos à frente na diretoria da UNE não tiveram como resultado uma mudança qualitativa na relação da UNE com o conjunto dos estudantes. O PT conseguiu trazer a UNE para um campo de lutas, desde o enfrentamento com a Nova República, mas não conseguimos enfrentar a "crise" de representatividade vivida pela entidade.

A verdade é que, depois que o PT assumiu a diretoria da UNE, pouca coisa foi feita para que a entidade ultrapassasse os limites dos partidos e ganhasse representatividade real junto aos estudantes. Uma reflexão sincera nos leva, sem dúvida alguma, à conclusão de que nós, tanto quanto o PC do B, agimos segundo a lógica do aparelho, no que diz respeito à relação com a UNE. Mais do que a verdadeira transformação da entidade, nos interessava conquistar a maioria em seus fóruns e na diretoria.

A tímida reflexão crítica que fazemos e que nos levou a apresentar a proposta de reestruturação da UNE (necessária, porém insuficiente) precisa se transformar num profundo repensar da nossa prática estudantil.

A democratização do movimento estudantil para uma participação mais ativa dos estudantes é a única forma de fazer com que a UNE se torne uma verdadeira entidade de massas. Aproximá-la da chamada "base estudantil" é de fundamental importância para que ela ganhe conteúdo real. Mas, por outro lado, devemos entender que esse é um movimento que se dá fundamentalmente "por baixo". Priorizar a atuação no movimento estudantil "de fato", ao invés de nos apegarmos ao aparelho da entidade é um bom começo para que venhamos a inverter a lógica que rege os nossos movimentos dentro da entidade.

A política universitária

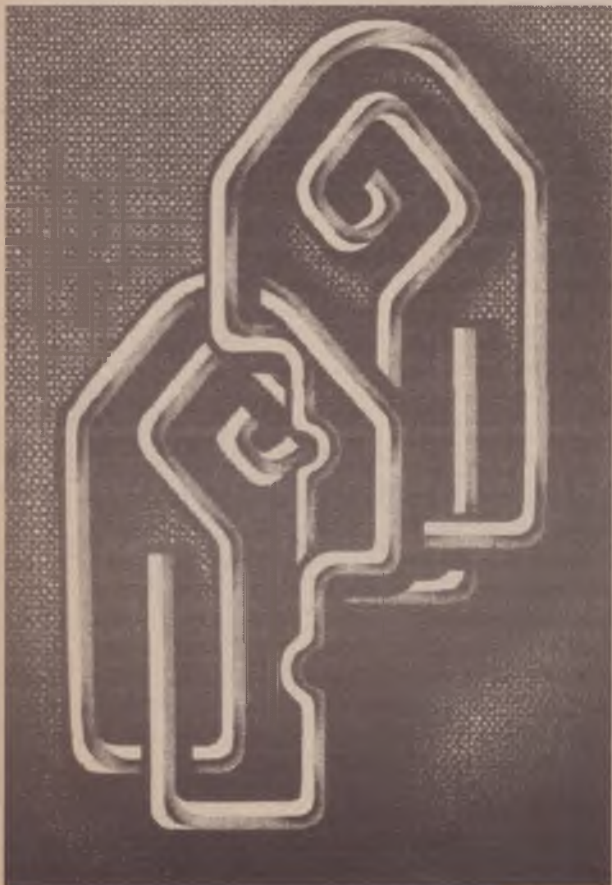
Outro fator de extrema importância é a dificuldade de compreendermos, em suas nuances, a universidade brasileira pós-ditadura. É bem verdade que diversas tentativas nesse caminho foram realizadas. É indiscutível o papel que cumpriu o projeto "ALFABETAÇÃO". Mas também é verdade que nossas análises ficaram marcadas por um conteúdo conjuntural.

A compreensão profunda dos problemas da universidade é um elemento decisivo para a elaboração de um projeto global de ensino público (não apenas superior) e passa por um processo no qual estamos atrasados: a unificação dos diversos setores interessados na melhoria do ensino. Professores, funcionários das universidades e (por que não?) estudantes do 2º grau são, não apenas nossos prováveis aliados, mas agentes fundamentais na elaboração de um projeto de ensino alternativo.

Essa prioridade, assim como a inversão da lógica do aparelho sob a qual vimos agindo na UNE são necessárias para promovermos um avanço qualitativo na atuação de nossas entidades e na própria luta pela transformação do modelo educacional. □

Darlan Montenegro é membro da executiva da UNE.

O 42º COMUNE teve um resultado melancólico para os estudantes petistas.



MILKO DIKOV

Frei Boff deixa a Ordem Franciscana

Há mais de vinte anos Leonardo Boff sofre uma perseguição implacável movida pela hierarquia do Vaticano. Seu "pecado" é o compromisso com a fé cristã, a opção pelos pobres. A seguir uma carta do companheiro, com o qual aprendemos muito e continuaremos compartilhando idéias radicais sobre a libertação humana.

"CARTA AOS COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS DE CAMINHADA E DE ESPERANÇA

Há momentos na vida em que uma pessoa, para ser fiel a si mesma, tem que mudar. Mudei. Não de batalha, mas de trincheira. Deixo o ministério presbiteral mas não a igreja. Afasto-me da Ordem Franciscana, mas não do sonho terno e fraterno de S. Francisco de Assis. Continuo e serei sempre teólogo, de matriz católica e ecumênica, a partir dos pobres, contra a sua pobreza e em favor de sua libertação(...).

De antemão digo: saio para manter a liberdade e para continuar um trabalho que me estava sendo grandemente impedido. Este trabalho tem significado a razão de minha luta nos últimos 25 anos. Não ser fiel às razões que dão sentido à vida significa para alguém perder a dignidade e diluir a sua própria identidade. Não o faço. E penso que Deus também não o quer.

Recordo a frase de José Martí, notável pensador cubano do século passado: "Não pode ser que Deus ponha na cabeça da pessoa o pensamento e que um bispo, que não é tanto como Deus, proíba de expressá-lo."

Mas refaçamos um pouco a trajetória. A partir dos anos 70, junto com outros cristãos, tentei articular o evangelho com a injustiça social e o grito dos oprimidos com o Deus da vida. Disso resultou a Teologia da Libertação, a primeira teologia latino-americana de relevância universal. Por ela procurávamos resgatar o potencial libertador da fé cristã e atualizar "a memória perigosa" de Jesus: rompendo aquele círculo férreo que mantinha aqui o cristianismo cativo dos interesses dos poderosos.

Esta diligência nos levou à escola dos pobres e marginalizados. Fomos evangelizados por eles. Ficamos mais humanos e sensíveis à sua paixão. Mas também mais lúcidos na descoberta dos mecanismos que os fazem sempre de novo sofrer. Da iracúndia sagrada, passamos à prática solidária e à reflexão comprometida.

Temos suportado, em comunhão com eles, a maldicência daqueles setores sociais que encontram no cristianismo tradicional um aliado na manutenção de seus privilégios a pretexto da preservação da ordem que é, para as grandes maiorias, pura e simplesmente desordem. Sofremos ao sermos acusados por nossos irmãos de fé de heresia e de macomunicação com o marxismo e de vermos os laços da fraternidade rompidos publicamente.

Sempre sustentei a tese de que uma igreja só é verdadeiramente solidária com a libertação dos oprimidos, quando ela mesma, em sua vida interna, supera estruturas e hábitos que implicam a discriminação das mulheres, a diminuição dos leigos, a desconfiança face às liberdades modernas e ao espírito democrático e a demasiada concentração do poder sagrado nas mãos do clero.

Com frequência fiz a seguinte reflexão que aqui repito. O que é erro na doutrina sobre a Trindade, não pode ser verdade na doutrina sobre a Igreja. Na Trindade se ensina que não pode haver hierarquia. Todo subordinacionismo é aí herético. As pessoas divinas são de igual dignidade, de igual bondade e de igual poder. A natureza íntima da Trindade não é solidão mas comunhão. A pericorese (o interrelacionamento) de vida e de amor entrelaça os divinos Três com tal radicalidade que não temos Três deuses mas um só Deus-comunhão. Mas da Igreja se diz que é essencialmente hierárquica. E que a divisão entre clérigos e leigos é de instituição divina.

Não somos contra a hierarquia. Se hierarquia houver, porque esse pode ser um imperativo cultural legítimo, será sempre, num bom raciocínio teológico, hierarquia de serviços e de funções. Se assim não for, como afirmar, verdadeiramente, que a Igreja é o icon-imagem da Trindade? Onde fica o sonho de Jesus de uma comunidade de irmãos e de irmãs, se há tantos que se apresentam como pais e mestres, quando Ele disse explicitamente que temos um só Pai e um só Mestre (cf. Mt 23,

8-9)?

A atual forma de se organizar a igreja (nem sempre foi assim na história) cria e reproduz mais desigualdades do que atualiza e viabiliza a utopia fraterna e igualitária de Jesus e dos Apóstolos.

Por tais e semelhantes postulações, que de resto se inserem na tradição profética do cristianismo e no ideário dos reformadores, a começar por S. Francisco de Assis, cai sob a severa vigilância por parte das autoridades doutrinárias do Vaticano. Diretamente ou por intermédias autoridades essa vigilância foi, como um torniquete, mais e mais se fechando até tornar minha atividade teológica de professor, conferencista, assessor e escritor praticamente impossível(...).

A experiência subjetiva que colhi nestes 20 anos de voltas com o poder doutrinal é esta: ele é cruel e sem piedade. Nada esquece, nada perdoa, tudo cobra. E para isso se toma o tempo necessário e se dá os meios para atingir o seu fim: o enquadramento da inteligência teológica. Age diretamente ou usa instâncias intermediárias ou obriga os próprios irmãos de Ordem franciscana a executarem uma função que só cabe, pelo direito canônico, a quem é autoridade doutrinal (bispos e a Congregação para a Doutrina da Fé)(...).

Nem tudo vale na Igreja. E o próprio Jesus morreu para testemunhar que nenhum tudo vale neste mundo. Há limites intransponíveis, o direito, a dignidade e a liberdade da pessoa humana. Quem se abaixa continuamente acaba ficando encurvado e, assim, desumanizado. A Igreja hierárquica não detém o monopólio dos valores evangélicos nem a Ordem Franciscana é a única herdeira do Sol de Assis. Existe ainda a comunidade cristã e a torrente de fraternura franciscana nas quais me poderei situar em jovialidade e liberdade.

Antes de me amargurar, de ver destruídas em mim as bases humanas da fé e da esperança cristãs e abalada a imagem evangélica de Deus-comunhão-de-pessoas, prefiro trocar de caminho. Não de direção. As motivações axiais que inspiraram minha vida continuarão inalteradas: a luta pelo Reino que começa pelos pobres, a paixão pelo Evangelho, a compaixão com os sofredores deste mundo, o compromisso com a libertação dos oprimidos, a articulação do pensamento mais crítico com a realidade mais desumana e o cultivo da ternura por cada ser da criação à luz da prática de S. Francisco de Assis.

Não deixarei de amar o caráter misterioso e sacramental da Igreja e compreender suas limitações históricas com lucidez e a necessária tolerância(...).

De minha parte, quero com meu trabalho intelectual me empenhar na construção de um cristianismo indo-afro-americano, inculturizado nos corpos, nas peles, nas danças, nos sofrimentos, nas alegrias e nas línguas de nossos povos, como resposta ao evangelho de Deus que ainda não foi plenamente dado depois de 500 anos de presença cristã no Continente. Continuarei no sacerdócio universal dos fiéis que é também uma expressão do sacerdócio do leigo Jesus, como no-lo recorda o autor da epístola aos Hebreus (7, 14; 8, 4).

Não saio triste desta situação mas tranquilizado, pois faço minha a poesia de nosso poeta maior, Fernando Pessoa:

"Valeu a pena?

"Tudo vale a pena, se a alma não é pequena".

Sinto que minha alma, com a graça de Deus, não foi pequena.

Unidos na caminhada e na graça daquele que conhece o segredo e o destino de todos os nossos caminhos, saúdo-os com Paz e Bem.

Leonardo Boff

Rio de Janeiro, 27/6/92." □



DIVULGAÇÃO

"Quem se abaixa continuamente acaba ficando encurvado e assim, desumanizado."

Trechos desta carta foram retirados da conferência ax.brasil, do AlterNex.

IMPRESSO

Ecologia e utopia

Isaac Akcelrud

Um silêncio noturno escorreu sobre a antes ruidosa ECO-92. Perdeu a voz, como se o "Vértice da Terra" não tivesse acontecido. Confissão involuntária do fracasso sem precedentes. Toda a imensa e múltipla máquina estatal e empresarial de pressão, deformação e desinformação foi posta a funcionar em uníssono, em todas as línguas e em todas as direções. Façanha incomum: o capitalismo conseguiu reunir e comandar uma assembléia de todos os governos do mundo. Uma inédita demonstração de Poder.

Tudo isso eleva ao grau máximo a gravidade da morte da ECO-92 com o apagar das luzes do RioCentro. É politicamente significativo e mais importante ainda do ponto de vista prático esta falta de "pegada" da riquíssima e altamente tecnicizada comunicação burguesa, mesmo sem contradição, tudo a favor e servida por um tema tão vivo e urgente como é a preservação do meio ambiente. É que ela está exaurida moral e politicamente. Ninguém mais confia na liderança burguesa.

No Brasil, a ECO-92 pareceu criar um refúgio seguro no qual o elegante Fernando Collor pensou abrigar-se contra a CPI que devassa o mar de lama de seu governo. A demagogia populista local não perdeu a oportunidade de abocanhar uma verba ocasional para uma "grande obra". Internacionalmente, alguns documentos inofensivos e palavras novas no vocabulário do engano, enquanto a terra, o ar e as águas continuam sendo envenenados.

Um aviso prévio

Foi divulgada em bom e bem soante português uma advertência do professor de Ciências Políticas da Universidade de Louvain, Bélgica, Michel Schooyans (ver Suplemento "Livros e Ensaios", JB 06.06.92) sob o título "Os riscos da Rio-92". O mestre católico belga diz textualmente, em seu aviso prévio: A retórica sobre a camada de ozônio, o aquecimento, o dióxido de carbono, etc, não passa de um invólucro cuja finalidade é sonegar as verdadeiras motivações expostas sem disfarce em textos mal conhecidos do grande público". Os ricos se acham no direito de controlar as populações e as riquezas naturais dos países pobres, diz o professor.

Daí parte para os verdadeiros objetivos da Conferência: a "mundialização", a "globalização", a "nova ordem econômica internacional", a liderança indiscutida dos Estados Unidos. Seria a primeira fase da transformação da ONU em organização supranacional a serviço das nações ricas.

"Salta aos olhos - diz o professor - que as autoridades brasileiras subestimaram a gravidade dessas implicações. Deslumbraram-se (...), seu amor próprio ficou tão lisonjeado que não perceberam a tempo a armadilha (...), assumiram um risco colossal e cometeram uma imprudência cujas consequências o Terceiro Mundo inteiro poderá ter que pagar".

O professor belga mostra-se bem informado sobre a Amazônia e outras questões. Revela o temor de que a Conferência do Rio se transforme num "processo da soberania das nações pobres". O risco e a imprudência vão inibir a capacidade de negociação do Brasil e dos outros países do Terceiro Mundo. "Que poderão fazer, fora de subscrever o que já foi decidido há semanas em Nova York e Genebra?".

O balanço de Collor, na televisão, tentando faturar prestígio para driblar o catastrófico enfraquecimento de seu governo, contrasta com o pré-aviso do cientista belga. Apela para um rol estatístico - tantos países, tantos presidentes, tantos primeiros ministros e vai por aí. Mas não cita uma única tese,

uma proposta, sugestão ou simples idéia que seja de seu governo. O grande feito está na coleta dos miseráveis 4,6 bilhões que pingaram na mão de mendigo que estendeu. Não diz como nem quando serão pagos. Nem precisa. Já sabemos que é mais dívida externa. E mais dependência.

O governo americano assinou a convenção sobre clima, o que pode parecer um fato positivo. Na realidade, assinou coisa nenhuma, pois aquele texto expurgado e desvitalizado não cria obrigações, não toma medida alguma, não impede os ataques à atmosfera que envolve a Terra e da qual depende a continuidade da vida no planeta. A principal divergência está diretamente ligada à exigência norte-americana de excluir da convenção o capítulo sobre princípios no qual é mencionada a soberania dos países sobre seus recursos naturais. Para algo acabou servindo o debate. Mas, os países ditos em desenvolvimento, inclusive o Brasil, limitaram-se a uma resistência burocrática e semi-clandestina, com repercussão zero se possível - uma diplomacia de covardes. Não fizeram a menor campanha de opinião para mostrar à população que o governo americano quer despojar-nos da soberania sobre as riquezas naturais do país, através dos artifícios ecológicos. Preferiram um texto ambíguo que todos pudessem assinar. Mesmo as convenções assinadas, como essa do clima, precisam ser referendadas pelos parlamentos dos países aderentes. É um processo para uns dois ou três anos. Ou mais, se for preciso.

A questão da biodiversidade é mais feia ainda, biodiversidade é a velha fauna e flora, que quer dizer, diferentes formas de vida. Nesse caso, as contradições eram tantas que os americanos partiram para o boicote. Não assinaram por causa dos "direitos de propriedade intelectual", o triste direito de patente. Collor foi o primeiro signatário da convenção em aparente contraposição aos americanos, o que constitui um dos momentos culminantes da hipocrisia reinante. É preciso lembrar que está tramitando no Congresso brasileiro uma nova lei de patentes, de responsabilidade direta de Collor e seus ministros e de plena sintonia com o governo americano e suas multinacionais. O que é que vale - a assinatura protocolar na ECO-92 ou a mensagem protocolada no Congresso Nacional?

A questão é a seguinte: as multinacionais da indústria química do primeiro mundo estão assumindo aceleradamente o controle total das mudanças genéticas em plantas e animais. Não demora muito, terão o controle das sementes no mundo inteiro. E não se poderá mais plantar nem mesmo uma cenoura sem pagar licença a uma delas. É a chamada genética de cultivares: plantas agrícolas. Isto é conosco, com os trabalhadores, com os sindicatos, com os agricultores, com os países de economia agrícola. É comida. É roupa. É vida.

Utopia reacionária

As questões do clima e da biodiversidade revelam o caráter irreconciliável do choque entre as exigências dos dominadores imperialistas puxados pelos Estados Unidos e os interesses do Terceiro Mundo. É uma utopia enganadora, uma falsidade e má fé - como aconteceu ao longo de toda a ECO-92 - pregar a harmonia norte-sul e que "a Terra é um só país e os seres humanos são seus cidadãos". Um outro ecologista utópico concluiu que "o que nos falta agora é colocarmos a teoria em prática (...), nada impede que ações concretas para por fim à pobreza venham a ser efetivamente tomadas na Conferência do Rio". Nada impede que tais mistificações sejam publicadas impunemente. □

O discurso ambientalista escondia o objetivo real de controlar as riquezas e as populações dos países pobres.



PIERRE REYMOND